



Instituto Politécnico de Santarém  
Escola Superior de Educação  
Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária

A MEDIDA DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO NA ÓTICA DE UM  
CONJUNTO DE INDIVÍDUOS BENEFICIÁRIOS

Carla Alexandra Santos Carvalho

Orientadora: Professora Doutora Luísa Delgado

Outubro de 2018

Instituto Politécnico de Santarém  
Escola Superior de Educação  
Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária

**A MEDIDA DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO NA ÓTICA DE UM  
CONJUNTO DE INDIVÍDUOS BENEFICIÁRIOS**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de mestre em Educação Social e Intervenção Comunitária da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém.

Carla Alexandra Santos Carvalho

Orientadora: Professora Doutora Luísa Delgado

Outubro de 2018

*” Conhecimento não é aquilo que você sabe, mas o que você faz com aquilo que você sabe.”*

Aldous Huxley

## Índice

Agradecimentos .....	6
Resumo .....	7
Abstract.....	8
Résumé .....	9
Acrónimos .....	10
Introdução .....	11
Parte I.....	14
Capítulo I – Abordagem conceptual .....	14
1. Pobreza e Exclusão Social .....	14
2. Políticas Sociais.....	16
3. O Rendimento Social de Inserção .....	18
3.1. Retribuições.....	20
3.2. Obrigações.....	21
3.3. Documentação .....	22
4. O Contrato de Inserção .....	22
4.1. As Estatísticas .....	23
5. As Famílias Multiproblemáticas.....	24
Capítulo II- Contexto de Investigação.....	26
6. Caracterização do Contexto de Investigação.....	26
Parte II .....	27
Capítulo III - Metodologias de Investigação aplicadas .....	28
7. Métodos e Técnicas de Investigação .....	28
8. A entrevista Semi-diretiva: análise do percurso de vida e perceções dos inquiridos .....	29
9. Apresentação e Análise dos Resultados .....	30
9.1. Análise das Entrevistas.....	30
Conclusão .....	44

Referências Bibliográficas.....	50
Anexos.....	53
Anexo I- Entrevistas Exploratórias.....	54
Anexo II- Guião de Entrevista.....	59
Anexo III- Grelha de Análise.....	63
Anexo IV- Análise das Entrevistas.....	66
Anexo V- Autorizações .....	90
6.1. Solicitação de Autorização ao Presidente do CSIS para Colaboração .....	90
6.2. Resposta do Senhor Presidente.....	90
Anexo VI – Grelha de Caraterização dos Entrevistados.....	91

## Agradecimentos

À minha família, por acreditarem em mim e me incitarem nestas conquistas. À comunidade de Santa Iria da Ribeira de Santarém por colaborar comigo num assunto que lhes é caro e delicado. À minha orientadora Doutora Luísa Delgado por me auxiliar e motivar ao longo deste percurso. Ao Doutor Paulo Dias pelo apoio demonstrado. À minha Diretora Técnica, Dra. Ana Rita Gonçalves pela partilha de informação.

À minha colega Fernanda Duarte por trilhar este caminho comigo e me incentivar sempre. A todos que colaboraram na cedência de equipamentos e materiais e, por fim, às colegas de turma Lia e Sandra que não permitiram que nenhuma de nós ficasse para trás.

## **Resumo**

O Rendimento Social de Inserção é uma medida da política social ativa com vista ao combate à pobreza e à exclusão social. O presente estudo pretende ser um contributo para apelar à reflexão sobre a aplicação e os resultados da mesma.

O facto de ser a Técnica Responsável por um Centro Comunitário permitiu-me um contacto de proximidade com os indivíduos e famílias que beneficiam desta medida sendo que esta envolvimento direta tornou-me particularmente sensível e interessada na compreensão de todas as dificuldades e carências que afetam o seu quotidiano. A relação de confiança estabelecida foi o ponto inicial para este estudo com o qual se pretende verificar qual a implicação que os beneficiários do RSI têm na implementação da própria medida. As metodologias de investigação adotadas centraram-se numa abordagem qualitativa, com recurso à aplicação de um inquérito por entrevista a cada um dos sete beneficiários, conversas informais, análise documental e observação direta. Através da realização da presente investigação pudemos aferir que a amostra do estudo se sente desprotegida no que respeita ao trabalho técnico de acompanhamento desenvolvido bem como, existe ausência de negociação nos Contratos de Inserção.

**Palavras-Chave:** Exclusão Social, Pobreza, Rendimento Social de Inserção, Inclusão Social, Medidas e Políticas de Intervenção Social.

## ***Abstract***

Social Integration Income is a measure of active social policy aimed at combating poverty and social exclusion. The present study intends to be a contribution to appeal to the reflection on the application and the results of the same one.

The fact that I am the Technical Responsible for a Community Center has enabled me to be in close contact with the individuals and families who benefit from this measure, and this direct involvement has made me particularly sensitive and interested in understanding all the difficulties and needs that affect your everyday life. The established trust was the starting point for this study, which seeks to verify the implication that RSI beneficiaries have in implementing the measure itself. The research methodologies adopted focused on a qualitative approach, with the application of an interview survey to each of the seven beneficiaries, informal conversations, documentary analysis and direct observation (field diary).

Through the present investigation we could verify that the sample of the study feels unprotected with regard to the technical work of monitoring developed as well, there is no negotiation in the Insertion Contracts.

**Key Words:** Social Exclusion, Poverty, Social Integration Income, Social Inclusion, Social Intervention Measures and Policies.



## Résumé

**Intégration sociale** Le revenu est une mesure de politique sociale active visant à lutter contre la pauvreté et l'exclusion sociale. La présente étude se veut une contribution à faire appel à la réflexion sur l'application et les résultats du même.

Le fait que je sois responsable technique d'un centre communautaire m'a permis d'être en contact étroit avec les personnes et les familles qui bénéficient de cette mesure, et cette implication directe m'a rendu particulièrement sensible et intéressé à comprendre toutes les difficultés et les besoins qui affectent votre vie quotidienne. La confiance établie a été le point de départ de cette étude, qui vise à vérifier l'implication des bénéficiaires de l'IRS dans la mise en œuvre de la mesure elle-même. Les méthodologies de recherche adoptées se sont concentrées sur une approche qualitative, avec l'application d'une enquête par interview à chacun des sept bénéficiaires, des conversations informelles, une analyse documentaire et une observation directe (journal de bord).

Grâce à la présente enquête, nous avons pu vérifier que l'échantillon de l'étude ne se sentait pas protégé en ce qui concerne le travail technique de surveillance développé également, il n'y a pas de négociation dans les contrats d'insertion.

**Mots clés:** exclusion sociale, pauvreté, revenu d'intégration sociale, inclusion sociale, mesures et politiques d'intervention sociale.

## **Acrónimos**

CI- Contratos de Inserção

CLDS- Contrato Local de Desenvolvimento Social

CNAAPAC - Comissão Nacional de Avaliação e Acompanhamento dos Protocolos e Acordos de Cooperação

CSIS-Centro Social Interparoquial de Santarém

NLI-Núcleo Local de Inserção

PSP-Polícia de Segurança Pública

RSI- Rendimento Social de Inserção

SS- Segurança Social

TGC- Técnica Gestora de Caso

## **Introdução**

A presente dissertação de Mestrado intitula-se “Medida do Rendimento Social de Inserção na ótica de um conjunto de indivíduos beneficiários” e pretende centrar-se sobre a perceção que os beneficiários da medida têm relativamente à sua implicação nas decisões que modelam o seu percurso de vida, tendo em consideração aquilo que a medida lhes pode trazer.

A escolha do tema deveu-se a perceber no terreno as dificuldades apresentadas pelos beneficiários do RSI relativamente ao apoio prestado no âmbito da medida, ou seja, o que lhes era consagrado e as suas necessidades reais.

Estas dificuldades foram sendo transmitidas ao longo de dezenas de atendimentos sociais enquanto Responsável de um Centro Comunitário, o que me motivou a investigar sobre o assunto em epígrafe.

Neste sentido, considera-se que o tema da exclusão social e da pobreza é absolutamente relevante e atual como forma de podermos compreender as alterações que a crise global nos pode trazer localmente através da nova realidade social, económica e familiar.

É no contexto desta nova realidade social que surge a medida do Rendimento Social de Inserção (RSI). A mesma advém do reconhecimento político da necessidade de fazer face aos problemas apresentados por alguns estratos mais vulneráveis da sociedade. Neste sentido, o RSI foi criado como forma de permitir o acesso à condição de cidadania e minimização dos efeitos da exclusão social, através da conjugação de esforços de equipas multidisciplinares criadas para o efeito, de acordo com a Lei nº 13/2003, de 21 de maio.

Considera-se que o estudo possa ser um contributo para fomentar a reflexão sobre as práticas adotadas (e a adotar) no âmbito da aplicação da medida, contribuindo assim, de alguma forma, para o êxito da intervenção social.

A investigação sobre a temática do RSI foi circunscrita à comunidade beneficiária do RSI da Ribeira de Santarém, pois não seria possível para um único investigador no terreno ter uma amplitude maior.

A maior dificuldade encontrada prendeu-se com o acesso à informação junto da equipa do gabinete do Rendimento Social de Inserção que articula directamente com as

famílias e que respeitaria à condição socioeconómica dos beneficiários da comunidade em estudo. Para ultrapassar este obstáculo optou-se por trabalhar no contacto direto com os indivíduos.

O objetivo geral deste estudo centra-se em conhecer a ótica dos indivíduos no que respeita ao seu envolvimento nas decisões tomadas no âmbito da aplicação da medida do RSI.

O envolvimento dos beneficiários desde a base dos seus problemas é muito importante pois permite que haja motivação e empenho da sua parte para saírem da situação em que se encontram, influenciando positivamente a sua trajetória de vida. No que respeita aos objetivos específicos procuramos aferir como se elabora o contrato de inserção e em que medida os beneficiários do RSI participam na definição desse contrato. Por fim, tentamos investigar se o Plano de Inserção Social é ajustado às necessidades do agregado familiar, na perspetiva dos beneficiários.

Neste sentido, é importante salientar que o RSI para além de compreender apoio económico é também uma medida de política social ativa que visa a contratualização e requer que exista implicação por parte dos beneficiários na definição de metas e propósitos a atingir, na construção do caminho a percorrer, nas metas e objetivos a alcançar.

As principais questões que visaram orientar este estudo são:

- Qual a implicação que os beneficiários têm na elaboração do Contrato de Inserção?
- A medida contribui para o desenvolvimento e autonomia das famílias?

Foram abrangidos por este estudo sete beneficiários da medida de RSI, residentes na comunidade da Ribeira de Santarém.

No que se refere à metodologia recorreremos a uma abordagem qualitativa, através da aplicação de entrevistas semi-diretivas, numa abordagem por casos múltiplos (Guerra, 2006, p.45), a par da análise documental bem como, registo em diário de campo e conversas informais.

O presente estudo surge dividido em duas partes, repartidas por três capítulos.

No primeiro Capítulo da primeira parte, emerge a abordagem conceptual em que exploramos os conceitos de pobreza e exclusão social; as políticas sociais; o Rendimento Social de Inserção (retribuições, obrigações, suspensão/cessação e documentação); o Contrato de Inserção (aquilo que consideramos a matriz deste processo), as estatísticas mais recentes e concluímos com uma abordagem às famílias multiproblemáticas.

No segundo Capítulo faremos uma caracterização do contexto de intervenção onde expomos de modo breve e sucinto os parceiros que operam no terreno e que também intervêm com os beneficiários da medida em ações concertadas.

Na segunda parte deste estudo, no terceiro capítulo, serão abordadas as metodologias e as técnicas de investigação, onde se caracterizam os participantes neste estudo e efetua-se a apresentação e análise dos resultados.

Por fim, faremos uma conclusão de todo o trabalho de investigação a par da apresentação da bibliografia utilizada e dos *sites* consultados.

## Parte I

### Capítulo I– Abordagem conceptual

#### 1. Pobreza e Exclusão Social

O primeiro estudo sobre pobreza no nosso país foi efectuado em 1982 (Silva, 1982 citada por Bruto da Costa *et al*, 2008, p. 11) e visou centrar-se na análise do crescimento económico, tendo como base os dados do Instituto Nacional de Estatística entre 1950 e 1974. Este estudo, apesar de “rudimentar”, como descreve a autora, foi um importante contributo para se vir a efectuar posteriormente um inquérito exclusivo para famílias pobres. Na sequência dos resultados obtidos pela autora supra mencionada, adveio em 1985 o primeiro inquérito nacional, no qual participaram 800 famílias residentes em Portugal continental. O mesmo estudo contribuiu para a existência de um olhar político sobre o assunto visto que foi aferido que 48% das famílias residentes no continente eram pobres.

Neste sentido, o autor Bruto da Costa *et al* (2008, p.26) define o conceito de pobreza como sendo “uma situação de privação resultante de falta de recursos”.

Os mesmos autores (p.26) referem também que a “privação consiste numa situação de carência, que pode resultar na falta de recursos, mas também pode ter outras causas (desgoverno, alcoolismo, toxicodependência, doença psiquiátrica, etc.) (...) não basta resolver a privação para que a pobreza fique solucionada”.

Por outro lado, de acordo com a Comissão sobre Direitos Sociais, Económicos e Culturais das Nações Unidas (2001, citada por Bruto da Costa *et al*, p. 29) diz-nos que

“a pobreza pode ser definida como uma condição humana caracterizada por privação sustentada ou crónica de recursos, capacidades, escolhas, segurança e poder necessários para o gozo de um adequado padrão de vida e outros direitos civis, culturais, económicos, políticos e sociais”.

Os referidos autores (p. 62-63) também sugerem que uma situação de privação que não seja relativa à falta de recursos, não pode ser considerada pobreza sendo que o tipo de apoio necessário diz respeito ao uso adequado dos recursos. O procedimento mais usual é o apoio “monetário ou em espécie”, para satisfação das necessidades básicas.

Existem três tipos de pobreza: a absoluta, a relativa e a subjetiva (Gomes, 2002, p. 21). De acordo com o mesmo autor, as duas primeiras noções de pobreza consideram-se objetivas pois assentam na avaliação das condições de vida concreta das famílias e das

peessoas, indistintamente do modo como as próprias analisam e avaliam a sua própria condição. No que se refere à pobreza subjetiva, o autor refere que se apoia exclusivamente no juízo que as pessoas fazem sobre a sua própria condição, quer seja face às suas necessidades e aspirações, quer por comparação com os outros ou com a sociedade em geral.

Deste modo, podemos salientar que existe um aspeto comum às duas definições de pobreza relativa, a exclusão. A desigualdade apenas se converte em pobreza quando se gera a exclusão de alguns cidadãos dos padrões de vida, costumes e atividades correntes na sociedade, que pode ganhar expressão através da escassez de recursos, perda de poder e de participação, carências nos domínios da vida individual, familiar e social (Gomes, 2002).

Assim, a pobreza assume-se como uma realidade pluridimensional, caracterizada por uma situação de carência em diversos aspetos da condição de vida, desde logo no que respeita a domínios ligados a necessidades elementares como sejam a alimentação, o vestuário, a habitação, a educação, entre outros (Gomes, 2002).

Para o autor Bruto da Costa *et al*(2008, p.26), resolver a falta de recursos corresponde a tornar a pessoa “auto-suficiente” em matéria de recursos para que deixe de estar dependente de formas excecionais de ajuda e passe a ter como meio de vida um rendimento proveniente de uma das fontes consideradas normais e correntes (trabalho) na sociedade em que se insere. Neste âmbito, é referido que todos os outros tipos de transferências têm natureza assistencial (subsídios temporários, pensão social, rendimento social de inserção, entre outros).

Por outro lado, o mesmo autor (2008, p. 63) também refere que “existem formas de resolver a privação sem resolver a pobreza. A maior parte das formas de resolver a privação não tem impacto sobre a falta de recursos.”

Os excluídos são reconhecidos entre aqueles que são rejeitados pelos diversos mercados materiais ou simbólicos e que se encontram em situação de rutura de laços sociais que ligam o indivíduo naturalmente com a sociedade (Almeida, 1992). Neste âmbito, os indivíduos rejeitados podem-no ser do ponto de vista material (pobreza), físico (racismo, por exemplo) ou geográfico (ao nível dos bairros), são-no também do ponto de vista simbólico na desinserção dos valores culturais e espirituais (Capucha, 2000).

A exclusão resulta assim de uma desarticulação entre as diferentes partes da sociedade e os indivíduos, produzindo uma não participação num conjunto mínimo de benefícios

que definem um membro de pleno direito dessa sociedade, opondo-se claramente à noção de integração social (Capucha, 2005).

Para Estivill (2003, p. 20)

“(...) exclusão e pobreza não são equivalentes. É possível ser pobre e não excluído e, o contrário, nem todos os excluídos são pobres, embora todas as investigações e trabalhos mostram que existe um vasto círculo onde coincidem os pobres e excluídos”.

Em Portugal, o direito constitucional<sup>1</sup> à Segurança Social e Solidariedade é universalista sendo que os princípios da igualdade, equidade social e diferenciação positiva consolidam as medidas de política social direcionada para a inclusão de pessoas e famílias em situação de maior vulnerabilidade social e para o fortalecimento da coesão social.

No âmbito da proteção social, o atendimento social e o acompanhamento social são considerados respostas elementares no exercício da ação social, bem como vetores de extrema importância no que respeita ao combate à pobreza e exclusão social, apoiando de forma imediata as pessoas que, por diversas circunstâncias, se encontram inseridas neste contexto. A intervenção nos territórios visa criar condições facilitadoras da inclusão e coesão sociais, o que nos levará mais adiante a abordar as respostas sociais existentes no terreno, atendendo a que os fenómenos de exclusão decorrentes de processos de empobrecimento são cada vez mais representativos.

## **2. Políticas Sociais**

As políticas públicas que surgem introduzidas no âmbito das políticas sociais apontam para a redistribuição dos recursos, a inserção social, a gestão dos riscos sociais, como garante do bem-estar coletivo, procurando evitar os problemas sociais que derivem da pobreza e da exclusão social (Pereirinha, 2008 citado por Santos, 2015, p. 46).

É no século XX que a matriz da Segurança Social começa a desenhar-se, através do Estado e da implementação das políticas públicas, que lançou as bases de intervenção sobretudo a nível local.

---

<sup>1</sup>De acordo com Artigo 63 da Constituição da República Portuguesa – VII Revisão Constitucional (2005) disponível em <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>



Para Mendes (2011, p. 40),

“a segurança social organiza à escala de todo o Estado substituição e a garantia dos rendimentos individuais e das famílias, a prestação de cuidados de saúde e a assistência social, criando uma rede de protecção social para as sucessivas gerações. O Estado desempenha o papel central como intermediário e regulador das transacções entre gerações (...) corrigindo as desigualdades de rendimento mais gritantes.”

A Lei n.º 83-A/2013 de 30 de dezembro da Constituição da República Portuguesa, Capítulo II, artigo 63)<sup>2</sup>define no seu ponto 3 que “ O sistema de segurança social protege os cidadãos na doença, velhice, invalidez, viuvez e orfandade, bem como no desemprego e em todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho.”

#### **São objetivos prioritários do sistema de Segurança Social:**

- Garantir a concretização do direito à Segurança Social
- Promover a melhoria sustentada das condições e dos níveis de proteção social e o reforço da respetiva equidade
- Promover a eficácia do sistema e a eficiência da sua gestão<sup>3</sup>

Os princípios gerais do sistema são<sup>4</sup>:universalidade, igualdade, solidariedade, equidade social, diferenciação positiva, subsidiariedade, **inserção social**, coesão intergeracional, primado da responsabilidade pública, complementaridade, unidade, descentralização, participação, eficácia, tutela dos direitos adquiridos e dos direitos de formação, garantia judiciária e informação

A Lei nº 83-A/2013, com a alteração à Lei 4/2007, de 16 de janeiro assume as Bases Gerais do Sistema de Segurança Social, estabelece no seu artigo 31º (Desenvolvimento da Ação Social) que a “ação social é desenvolvida pelo Estado, pelas autarquias e por instituições privadas sem fins lucrativos, de acordo com as prioridades e os programas definidos pelo Estado (...)<sup>5</sup>”,

---

<sup>2</sup> Constituição da República Portuguesa, disponível em <http://www.parlamento.pt/Legislacao/PAGINAS/CONSTITUICAOREPUBLICAPORTUGUESA.ASPX>, consultado a 11/07/2018

<sup>3</sup> Objetivos e princípios da Segurança Social, Disponível em <http://www.seg-social.pt/objectivos-e-principios>, consultado em abril 2018.

<sup>5</sup> Lei de Bases do Sistema da Segurança Social, Disponível em <https://dre.pt/pesquisa/-/search/108191984/details/normal?l=1>, consultada em abril de 2018.

No âmbito da presente Dissertação interessa abordar uma medida que integra o sistema de Proteção Social de Cidadania, que visa assegurar os direitos básicos dos cidadãos e a igualdade de oportunidades, bem como promover o bem-estar e a coesão sociais; a prevenção e a erradicação de situações de pobreza e de exclusão; e a compensação por encargos familiares.

Assim, de acordo com a já referida Lei nº 83-A/2013 que aprova as bases gerais do Sistema de Segurança Social em vigor, existem 3 sub-sistemas no âmbito da **Proteção Social de Cidadania**

- ✓ **Ação Social**, Secção II, Artigo 29, visa acautelar e corrigir situações de carência e de desigualdade económica, de dependência, exclusão ou vulnerabilidades sociais, através da integração e desenvolvimento das capacidades dos indivíduos. Estas acções de cariz social são desenvolvidas pelo Estado (que produz as directrizes), autarquias e instituições privadas sem fins lucrativos.
- ✓ **Solidariedade**, Secção III, Artigo 36, assegura os direitos fundamentais na prevenção e supressão de situações de pobreza, exclusão e vulnerabilidade social através de várias prestações sociais, onde se inclui o RSI.
- ✓ **Proteção Familiar**, Secção IV, Artigo 44, pretende assegurar uma compensação pelos encargos familiares acrescidos, quando ocorram eventualidades consagradas na legislação.

Neste âmbito, é de salientar que à semelhança do subsistema anterior, os montantes são atribuídos em função da dimensão e dos rendimentos do agregado.

### **3. O Rendimento Social de Inserção**

De acordo com o Manual Técnico para SAAS (2016, p. 248) o Rendimento Social de Inserção é um “apoio para indivíduos e famílias mais pobres, constituído por uma prestação em dinheiro, para satisfação das suas necessidades básicas, e por um programa de inserção, para os ajudar a integrar-se social e profissionalmente.”

Neste contexto em particular, é uma resposta social do Centro Social Interparoquial de Santarém, que nasceu de um protocolo celebrado entre o CSIS e a Segurança Social. O Gabinete do RSI fica situado na Rua Miguel Bombarda em Santarém e, conta com três

Técnicas Superiores nas áreas da Psicologia, Serviço Social e Educação Social a par de três Ajudantes de Ação Direta.

Neste contexto, a Técnica Superior de Serviço Social é a responsável pelo serviço (pertencendo ao CSIS) sendo que, os restantes elementos que compõem a equipa, com exceção de uma ajudante, estão protocolados através da Segurança Social.

A sua área de intervenção abrange também a Ribeira de Santarém e, de acordo com os dados fornecidos pela Responsável do Gabinete, em outubro de 2016 acompanhavam 35 famílias desta comunidade, num total de 76 indivíduos.

O RSI consiste numa prestação abrangida pelo subsistema de solidariedade, com a atribuição pecuniária, de caráter provisório, que varia em função do rendimento e constituição dos agregados familiares dos requerentes.

O RSI assume-se como indispensável ao garantir um rendimento capaz de satisfazer as despesas com as necessidades mais básicas, possibilitando o planeamento diário dos indivíduos e famílias de forma mais independente, sem o sentimento que se vive à custa da caridade dos outros. Esta medida tem vindo a permitir colmatar necessidades que, de outra forma, alguns indivíduos e grupos seriam incapazes de fazer face, nomeadamente no que se refere aos mínimos padrões de vida, condições habitacionais, acesso aos cuidados de saúde e educação, mostrando-se como uma das mais importantes ferramentas ao serviço das comunidades (Capucha, 2005).

O autor Capucha (2005), também define o RSI como um instrumento de política social com duas componentes: atribuição de uma prestação financeira aos mais desfavorecidos e a inserção profissional decorrente da existência de um programa específico para os beneficiários e respetivos agregados.

Há algumas décadas, determinadas instituições de âmbito nacional e internacional, colocaram no seu programa a erradicação da pobreza (Gomes, 2002, p.19). Neste contexto, surgiu a Lei nº 13/2003 de 21 de Maio, que revoga o Rendimento Mínimo Garantido e cria o Rendimento Social de Inserção (RSI), que no Capítulo I- Natureza e condições de atribuição, no seu Artigo 1º refere que<sup>6</sup>

“o rendimento social de inserção, que consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção por forma a assegurar às pessoas e seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social, laboral e comunitária.”

---

<sup>6</sup> Rendimento Social de Inserção, disponível em [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=2027&tabela=leis&so\\_miolo=](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2027&tabela=leis&so_miolo=), consultado a 11/07/2018.

O atual Decreto-Lei n.º 90/2017 de 28 de julho, no seu artigo 6º do Capítulo I veio trazer algumas alterações ao regime jurídico do RSI em que se salienta a reavaliação dos requisitos e condições gerais de atribuição, designadamente no que diz respeito à residência legal em Portugal e aos termos da sua comprovação.

Por outro lado, é reconhecido o direito à prestação de RSI a partir da data em que o requerimento se encontra devidamente instruído, não fazendo depender o mesmo da celebração do programa de inserção, o qual, por condicionar nos anos mais recentes a data do reconhecimento do direito à prestação, sofreu uma forte descaraterização.

O Acordo de Inserção, sobre o qual nos interessa refletir neste trabalho de investigação, surge referido no artigo 18º, da Lei supra mencionada, no seu ponto 4, que salienta que

“devem constar os apoios e medidas de inserção, os direitos e deveres do requerente e dos membros do seu agregado familiar que a ele devam ficar vinculados, bem como as medidas de acompanhamento do cumprimento do contrato de inserção a realizar pelos serviços competentes.”

Deste modo, a renovação da prestação (Capítulo IV, Artº 21e 21-A) passa a ser efetuada mediante uma apreciação exigente da manutenção das condições de atribuição, através de uma verificação oficiosa de rendimentos, deixando de estar dependente de um processo burocrático de apresentação de um requerimento de renovação e restante documentação por parte dos respetivos titulares.

Neste sentido, parece-nos interessante salientar que através da ligação dos sistemas em rede e do trabalho técnico de acompanhamento é possível agilizar um processo que anteriormente era moroso e obrigava quer ao contato telefónico prévio da Técnica Gestora de Caso a relembrar da data para a renovação da documentação (de acordo com os beneficiários inquiridos) quer à deslocação dos mesmos ao serviço.

### **3.1.Retribuições**

O valor máximo de RSI, de acordo com a Lei nº 13/2003 de 21 de Maio, no seu Capítulo II, Artº. 10º define o montante da prestação, por cada elemento do agregado familiar<sup>7</sup>:

- ✓ Pelo titular: 186,68€ (100%), do valor do RSI;

---

<sup>7</sup> Prestação do Rendimento Social de Inserção, disponível em [http://cite.gov.pt/asstscite/downloads/legislacao/DL\\_90\\_2017.pdf](http://cite.gov.pt/asstscite/downloads/legislacao/DL_90_2017.pdf), consultado a 11/07/2018.

- ✓ Por cada indivíduo maior: 130,68€ (70%), do valor do RSI;
- ✓ Por cada indivíduo menor: 93,34€ (50%), do valor do RSI.

A renovação da prestação é efetuada oficiosamente pelos serviços da entidade gestora competente, com base no agregado familiar e rendimentos constantes do sistema de informação da Segurança Social.

O processo de renovação do direito tem início no segundo mês anterior ao do termo da anuidade da prestação. Em 2017 este processo ocorria no mês de julho e aplicava-se para as prestações que fossem renovadas a partir de outubro. Com a alteração à lei este procedimento foi modificado.

### **3.2.Obrigações**

Existem algumas obrigações<sup>8</sup> por parte dos beneficiários e de todo o agregado familiar, que consistem em proceder à informação junto da Segurança Social de qualquer alteração que surja, fornecer os documentos que determinam a carência económica, estar presente nas reuniões convocadas pelo NLI, assinar o CI e cumprir as acções estipuladas no mesmo e estar disponível para solicitar outros apoios a que tenha direito. Neste sentido, cabe também aos beneficiários permitirem o acesso da Segurança Social aos valores do património declarado ou contas bancárias, através da facilitação de uma declaração de autorização para o efeito. O não cumprimento poderá determinar a suspensão ou cessação da retribuição.

Assim, a suspensão ou a cessação da prestação resultante da alteração de rendimentos ou da composição do agregado familiar não prejudica a manutenção das ações de inserção em curso e das demais previstas no contrato de inserção ainda que não iniciadas. Está ainda consignado que prestação de falsas declarações bem como, a prática de ameaças ou coação, devidamente comprovadas, sobre funcionário da entidade gestora competente ou de instituição com competência para a celebração e acompanhamento do contrato de inserção, determina a inibição do acesso ao rendimento social de inserção durante o período de 24 meses após o conhecimento do facto, semprejuzo da restituição das prestações indevidamente pagas e da responsabilidade penal a que haja lugar.

---

<sup>8</sup> Rendimento Social de Inserção, disponível em [http://www.seg-social.pt/documents/10152/24709/8001\\_rendimento\\_social\\_insercao/75f2f024-aeac-42dc-81ad-503ab0e9c441](http://www.seg-social.pt/documents/10152/24709/8001_rendimento_social_insercao/75f2f024-aeac-42dc-81ad-503ab0e9c441), consultado em abril de 2018.

Neste sentido, foi aferido através das entrevistas realizadas que apenas um dos inquiridos não exercia actividade profissional paralela ao RSI (por questões de saúde) sendo que uma das situações em particular (de acordo com o/a próprio/a inquirido/a) era do conhecimento da TGC.

### **3.3.Documentação**

No que respeita à documentação necessária<sup>9</sup>, a mesma está disponível *online*, na plataforma da segurança social direta ou nos serviços locais da Segurança Social.

Neste contexto, é também necessária a apresentação dos documentos de identificação válidos do requerente e de todos os que compõem o agregado familiar, caso disponha de um. Ao requerente poderá também ser solicitada uma Declaração de Autorização para que a Segurança Social aceda à informação bancária, caso não haja lugar à entrega do referido consentimento o pedido de atribuição será arquivado.

## **4. O Contrato de Inserção**

O processo de inclusão do beneficiário de RSI passa pela elaboração de um Contrato de Inserção (CI) onde constam (no artigo 18º da anteriormente referida Lei correspondente ao RSI) os apoios e medidas de inserção bem como, os direitos e deveres do requerente e respectivo agregado familiar assim como as medidas de acompanhamento estipuladas pelos serviços competentes com vista ao cumprimento do Contrato de Inserção.

Ao contrário de outros países, como a Finlândia ou o Reino Unido, em que o CI é definido pelas entidades administrativas e imposto ao beneficiário, em Portugal assumiu-se uma metodologia semelhante à adotada pela França com o RMI, apostando na contratualização das obrigações das duas partes (Gulbentif e Bouget, 1997 citado por Dias, 2013). A mesma autora (citando Guerra & Chitas, 2008) refere que o CI tem por base um relatório social efectuado pelo Núcleo Local de Inserção (NLI), que é elaborado pelo TGC que acompanha o beneficiário (e o agregado, caso se verifique) e que se traduz num diagnóstico económico e psicossocial.

Os autores Guerra & Chitas (2008, citados por Dias, 2013) também salientam que o conteúdo do CI assume a forma como os técnicos consideraram o projeto do

---

<sup>9</sup> Rendimento Social de Inserção, disponível em [http://www.seg-social.pt/documents/10152/24709/8001\\_rendimento\\_social\\_insercao/75f2f024-aeac-42dc-81ad-503ab0e9c441](http://www.seg-social.pt/documents/10152/24709/8001_rendimento_social_insercao/75f2f024-aeac-42dc-81ad-503ab0e9c441), consultado em abril de 2018.

beneficiário em função das oportunidades existentes para o materializar, mas também o grau de envolvimento do beneficiário na estruturação do seu programa de inserção. No decurso das entrevistas efectuadas aos beneficiários pudemos aferir que os mesmos são “chamados a assinar” o referido documento, não existindo espaço para aferir ou expor as necessidades sentidas pelo beneficiário e/ou agregado familiar.

Os autores Guerra & Chitas (2008, citados por Dias, 2013) salientam que é aos profissionais das equipas do NLI que compete efetuar o diagnóstico dos problemas respeitantes às famílias beneficiárias do RSI e conciliar as necessidades evidenciadas com os recursos comunitários existentes.

#### **4.1.As Estatísticas**

De acordo com as últimas estatísticas da Segurança Social<sup>10</sup>, o número de beneficiários da medida de RSI em Portugal chegou aos 222,576 no mês de julho de 2018 (mais 249 do que no mês anterior, o que representa um aumento de 0,1%). Neste sentido, quando nos reportamos à mesma data do ano anterior, verificamos que houve um aumento de 14,407 beneficiários (o que representa um aumento percentual de 6,9%), valores que apenas foram semelhantes em 2014.

No que concerne à distribuição geográfica, podemos encontrar a grande maioria de beneficiários da medida nos distritos de Lisboa (40,354), Porto (64,427), Setúbal (20,584) e Região Autónoma dos Açores (18,229).

De acordo com a PORDATA<sup>11</sup> (2018), no ano de 2017, beneficiavam em Santarém da medida do RSI, 1455 indivíduos sendo que 76 indivíduos (num total de 35 famílias) eram residentes na comunidade da Ribeira de Santarém, segundo a Técnica Responsável do Gabinete de RSI (em conversa informal).

---

<sup>10</sup> Estatísticas da Segurança Social, disponível em [www.seg-social.pt/estatisticas](http://www.seg-social.pt/estatisticas), consultado a 20 de agosto de 2018.

<sup>11</sup> Beneficiários do Rendimento Social de Inserção da Segurança Social: Total e por grupo etário, disponível em <https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela>, consultado a 20 de agosto de 2018.

## 5. As Famílias Multiproblemáticas

Considerando que o trabalho dos técnicos e ajudantes dos gabinetes de RSI tem enfoque nas famílias, parece-nos importante abordar sucintamente as mesmas, começando pelo conceito que segundo Murdok (n.d., citado por Amaro, 2006, p.13) nos diz que

“A família é um grupo social caracterizado por residência em comum, cooperação económica e reprodução. Inclui adultos de ambos os sexos, dois dos quais, pelo menos, mantém uma relação sexual socialmente aprovada, e uma ou mais crianças dos adultos que coabitam com relacionamento sexual, sejam dos próprios ou adoptadas”.

Para Giddens (n.d., citado por Amaro, 2006, p. 13) a definição de família parece-nos preferível pois o autor refere que se trata de “um grupo de pessoas unidas directamente pelo parentesco, no qual os adultos assumem a responsabilidade de cuidar das crianças”. Face ao exposto, gostaríamos também de abordar os diversos tipos de família sendo que para Amaro (2006) as famílias podem ser divididas em:

- Família nuclear: constituída pelos pais e pelos seus filhos solteiros;
- Família extensa: composta pela família nuclear e outros parentes (tios, avós, entre outros);
- Famílias unipessoais: constituídas por uma só pessoa viúva ou solteira;
- Famílias reconstruídas: resultam de uniões onde um dos conjugues traz para o novo casamento os seus filhos dependentes;
- Famílias monoparentais: composta por um dos pais e seus filhos;
- Famílias homossexuais: traduz-se pela constituição por duas pessoas do mesmo sexo com ou sem filhos.

Neste âmbito, o nosso estudo foi composto por 3 famílias unipessoais, 2 nucleares, 1 reconstruída e 1 monoparental.

A autora Gimeno (2003, p. 47) alude que a “tomada de consciência dos modelos pessoais que influíram na família pode ajudar-nos a compreender o ciclo da vida familiar”, que nos importa de certa forma também compreender visto que poderá dar-nos algumas pistas sobre a influência que os beneficiários aqui em estudo possam ter sentido no seu percurso.

Para a autora Sousa *et al* (2007) a intervenção familiar comunitária deve encontrar as soluções no contexto em que estas ocorrem (família, bairro, escola, hospital, entre outros). Os mesmos autores referem que as famílias vulneráveis podem ser encontradas em todos os estratos sociais, culturais e económicos todavia, são os pobres que mais atraem a intervenção que poderá ou não ser em conjunto com outras carências



(desemprego ou habitação precária, por exemplo). As famílias multiproblemáticas pobres surgem descritas como aquelas que vivem vários problemas em simultâneo, sem que exista um problema ou sintoma preciso mas que “apresentam multiproblemas graves que afetam vários elementos da família, vividos em simultâneo e/ou em sequência (Sousa *et al*, 2007, p.21).”

Para Weizman (1985, citado por Sousa *et al*, 2007) “nestas famílias são frequentes as rupturas e reconciliações nas relações (...) assim estas famílias são caracterizadas pela instabilidade na estrutura e nas relações”. Para Alarcão (2000, citado por Sousa *et al*, 2007) estas famílias têm tendência para o caos e desorganização.

Neste sentido, a autora Sousa e os colaboradores da obra em questão remetem-nos para um estudo realizado por Hespanha (2005) onde foram categorizados os 8 principais problemas identificados nestas famílias (educação, emprego, gestão financeira, habitação, rendimento, saúde, relações familiares e relações sociais). Neste sentido, esta investigação reproduz o modelo mais comum de identificação dos problemas no âmbito da intervenção.

Para Sousa (2005, citada por Sousa *et al*, 2007, p. 41) “As descrições e os estudos sobre as famílias problemáticas pobres têm incidido, quase somente, nos défices e patologias, raramente focando as competências”. Sousa *et al* (2007, p.43) reforça também que

“a alienação patente nos membros destas famílias resulta da falta de confiança que têm uns nos outros, em consequência de uma vida envolta numa série de rejeições, abandonos, promessas não cumpridas e traições de pais, amigos e, mesmo, profissionais de serviços de apoio.”

Sousa *et al* (2007) efectuem uma abordagem bastante pragmática ao referirem que o facto de os sistemas sociais estarem organizados por áreas de necessidade, tendem a que os indivíduos/famílias sejam encaminhados, após um diagnóstico, para vários técnicos /instituições o que se traduz numa acumulação de intervenções. Neste sentido, salienta-se que este modelo de intervenção, segundo os autores, acaba por contribuir para o agravamento e/ou manutenção das problemáticas familiares.

Um ponto que consideramos muito importante na medida do RSI, que aqui nos importa salientar, diz respeito ao trabalho técnico desenvolvido e, neste contexto, os autores Sousa *et al* (2007) frisam que

“os profissionais definem a mudança que desejam na família e, por isso, se a família muda de outra forma, esta mudança não é aceite, é posta em causa (...) a não mudança da família na direcção definida é considerada resistência, incompetência ou incapacidade. (...) essa instabilidade é, em parte, um estilo de vida mas é, também um subproduto das intervenções sociais.”

Por fim, podemos reafirmar, tal como Sousa *et al* (2007) que apesar de os sistemas de apoio serem imprescindíveis no suporte que prestam às famílias multiproblemáticas pobres, por forma a melhorar a eficiência dos serviços, seria fundamental difundir paradigmas de apoio colaborativos que buscassem ativar as capacidades das famílias, reenquadrar as relações familiares positivamente explorando em conjunto com as famílias as alternativas disponíveis.

## **Capítulo II- Contexto de Investigação**

### **6. Caracterização do Contexto de Investigação**

Em conformidade com o Diagnóstico Social<sup>12</sup> realizado pelo Concelho Local de Ação Social de Santarém (com base nos Censos 2011, do Instituto Nacional de Estatística), residiam na comunidade da Ribeira de Santarém 745 pessoas pelo que, destas, em 2017 (de acordo com a Técnica Responsável do Gabinete de RSI, em conversa informal) 76 indivíduos pertenciam a agregados familiares beneficiários de RSI). Assim, pode-se afirmar que cerca de 10% da população beneficiava da medida de RSI.

No âmbito da presente dissertação e pela experiência de intervenção no terreno que é confirmada pelo trabalho desenvolvido enquanto Técnica Responsável pelo Centro Comunitário em articulação com as diferentes entidades, compreende-se a importância do trabalho em rede visto que atualmente os serviços de apoio social são fragmentados e dificilmente conseguem abranger todas as necessidades num único espaço. Deste modo, existe um trabalho conjunto, desenvolvido por várias instituições, que articuladamente com o gabinete de RSI, dão respostas aos beneficiários da medida.

O Manual Técnico para SAAS (2016, p. 24) preconiza para a intervenção social, a multidisciplinaridade das equipas técnicas como forma de “intervir numa realidade social cada vez mais multiforme para garantir serviços ajustados às pessoas/famílias e às comunidades/territórios”.

Neste sentido, dada a abrangência do público-alvo parece-nos importante referir que a Ribeira de Santarém, conta com diversas entidades a operar no terreno (Agir+E6G, Ajuda de Mãe, Centro Social Interparoquial de Santarém, Rede Local de Intervenção Social, Cáritas e Polícia de Segurança Pública) que visam auxiliar a comunidade em

---

<sup>12</sup> Diagnóstico Social, disponível em [http://www.cm-santarem.pt/downloads/servicos\\_municipais/acao\\_social/Diagnostico\\_Social\\_2014\\_17.pdf](http://www.cm-santarem.pt/downloads/servicos_municipais/acao_social/Diagnostico_Social_2014_17.pdf), consultado a 11/07/2018.

diferentes sectores, em ações concertadas sendo que, apenas a RLIS e o CSIS se encontram fisicamente no terreno. Neste sentido, salienta-se que 6 dos 7 inquiridos referiram nas entrevistas e em conversas informais que recebem outros apoios, quer sejam de carácter pontual ou mais regular, razão pela qual entendemos abordar sucintamente estas parcerias no terreno.

## **Parte II**

### **Capítulo III- Metodologias de Investigação aplicadas**

A amostra do presente estudo é composta por 7 beneficiários de RSI residentes na comunidade da Ribeira de Santarém, que foram selecionados a partir das 17 entrevistas exploratórias realizadas, de acordo com as seguintes características:

1. Serem beneficiárias/os de RSI;
2. Serem acompanhadas/os por Técnicas Gestoras de Caso diferentes;
3. Pertencerem a agregados familiares diferentes; e
4. Participarem de livre vontade.

Inicialmente estava prevista a realização de uma entrevista à Técnica Responsável do Gabinete de RSI, todavia a mesma não mostrou disponibilidade para participar neste estudo, apesar de existir autorização por parte do Presidente da instituição. Este foi sem dúvida um constrangimento que nos fez reequacionar toda a estratégia inicial.

Neste contexto, realizaram-se as já referidas 7 entrevistas semi-diretivas sendo que, as mesmas foram realizadas junto de 1 beneficiário de sexo masculino e 6 do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 25 e os 61 anos.

#### **7. Métodos e Técnicas de Investigação**

Para Deslauriers (1997citado por Guerra 2006, p. 11) a expressão métodos qualitativos “designa uma variedade de técnicas interpretativas que têm por fim descrever, decodificar, traduzir certos fenómenos sociais que se produzem mais ou menos naturalmente. Estas técnicas dão mais atenção ao significado destes fenómenos do que à sua frequência.”

Deste modo, a presente dissertação ambicionou que através da investigação pudesse compreender a realidade social dos beneficiários da medida de RSI atendendo à conjuntura económica e social atual.

Para proceder à recolha de dados, aplicou-se a entrevista semi-diretiva que permitiu a conversa entre dois interlocutores e em que o entrevistado forneceu informações ao entrevistador.

De acordo com os autores Demazière & Dubar (1993, citados por Guerra 2006), as entrevistas eram tradicionalmente estruturadas para estudos exploratórios e organizadas em função do questionário, sendo a sua utilização efetuada em 3 contextos:

- ✓ Como estudos prévios para “fechar” perguntas no questionário;
- ✓ Como aprofundamento exploratório em problemáticas desconhecidas;
- ✓ Como exemplificação mais viva de determinadas situações problemáticas.

Atualmente esta técnica é bastante valorizada no que concerne à recolha de dados. Os temas que são explorados na entrevista revestem-se de um carácter intencional, com diretrizes de análise que correspondem a objetivos específicos da investigação por forma a serem consideradas um bom instrumento de recolha de informação.

#### **8. A entrevista Semi-diretiva: análise do percurso de vida e perceções dos inquiridos**

De acordo com Lessard-Hébert *et al* (2005, p.160) “a entrevista possui laços evidentes com outras formas de recolha de dados, nomeadamente com a observação.”

Assim, o desenho de pesquisa deste estudo pretende seguir uma abordagem qualitativa atendendo a que não estuda muitos casos e, pretende explorar o princípio da diversidade através da heterogeneidade dos indivíduos em estudo.

Como técnica para inquirir os entrevistados utilizamos a entrevista semi-diretiva (Anexo III-Guião de Entrevista) atendendo a que esta ferramenta nos permite obter dados descritivos da linguagem do inquirido e possibilita que tenhamos, enquanto investigadores, a perceção da interpretação que os inquiridos fazem sobre o tema (Bogdan & Biklen, 1994 citados por Horta, 2010).

Para Guerra (2006) a intervenção do entrevistador deve ser a mínima possível como forma de enriquecer a recolha de material. Deste modo, permite-se que o entrevistado seja o menos influenciado possível, tornando o seu raciocínio mais genuíno.

Neste contexto, houve lugar à transcrição das entrevistas, procedendo-se à sua análise como forma de conhecer e compreender as trajetórias de vida dos indivíduos, bem como o que os levou à condição de beneficiários, aferindo-se também qual a sua implicação na elaboração dos planos estratégicos que visam auxiliá-los a sair da condição em que se encontram.

A entrevista foi dividida em três eixos temáticos:

- ✓ Eixo 1 – Caracterização do entrevistado onde se pretende saber alguns dados biográficos tais como a idade, sexo, naturalidade, constituição do agregado familiar e nível de escolaridade;
- ✓ Eixo 2 - Trajetória e percurso de vida, anteriores à condição de beneficiários de RSI (questões sobre a família de origem, representações sobre o passado, percurso académico, profissional e familiar) em que se pretende aferir as condições que levaram a beneficiar da medida de RSI bem como, permitir que o entrevistado se sinta confortável para se poder centrar sobre si mesmo;
- ✓ Eixo 3 – Trajetória de vida enquanto beneficiário de RSI pretende-se conferir a ligação que o beneficiário tem com a medida e as ações que surgem expressas no CI; representações sobre o RSI a par das consequências e resultados; relação com o TGC e com o serviço; percurso social e expectativas futuras).

O objetivo dos eixos traçados visou identificar os percursos de vida dos indivíduos por forma a compreender como chegaram à condição de beneficiários da medida de RSI a par da relação que possuem com os serviços e, o seu entendimento sobre a sua atual situação. Acresce ainda salientar que se pretendeu também compreender o seu conhecimento sobre o CI bem como, as suas aspirações futuras.

## **9. Apresentação e Análise dos Resultados**

### **9.1. Análise das Entrevistas**

**Entrevistada 1**, tem 25 anos, é natural de Santarém, solteira, o seu agregado familiar é composto por 4 pessoas, tem o 8º ano, nunca trabalhou, teve conhecimento do RSI através da mãe e, apesar de conviver desde cedo com o rótulo de beneficiária (por estar no agregado da mãe), há 2 anos entendeu beneficiar da medida sozinha. O motivo do pedido do RSI deveu-se aos problemas de saúde que tem. Quando questionada acerca da cópia do CI, diz não ter e, que não houve negociação prévia à assinatura do mesmo.

A sua adolescência foi marcada pelo fogo que lhe destruiu a habitação e pelas doenças de foro nervoso de que padece. Guarda na memória os tempos difíceis que se seguiram após perderem tudo no fogo, tendo vivido da boa vontade de outros.

Deixou a escola cedo e ainda tentou fazer um curso profissional mas a doença não lhe permitiu este avanço.

**Entrevistada 2**, 28 anos, é natural de Santarém, vive numa união de facto sendo que o seu agregado familiar é composto por 4 pessoas. As suas habilitações literárias são o 5º ano tendo apenas desenvolvido tarefas profissionais de curta duração como auxiliar de ação educativa ou auxiliar de serviços gerais. No que respeita ao modo como teve conhecimento da medida diz-nos que sempre beneficiou através da mãe, no entanto, há 5 anos percebeu que receberia mais se beneficiasse sozinha com o conjugue de facto e os filhos menores. O motivo do requerimento deveu-se ao desemprego dela e do companheiro todavia, salienta que não possui qualquer cópia do CI e também não reuniu com a TGC para aferir as suas necessidades.

A beneficiária considera que tem na família o seu maior suporte, aspirando poder sair da condição de beneficiária logo que o marido encontre um emprego estável. A sua maior tristeza centra-se na perda da avó que era o seu apoio incondicional e refere que ainda hoje não conseguiu superar esse momento.

Nunca teve dificuldades na vida pois o suporte dos avós não permitiu.

Tem efetuado alguns cursos de formação profissional através do RSI, que sabe não poder negar. Tem dois filhos pequenos, sendo que quando a encaminham para os cursos ficam ao encargo da avó. Não revê nestes cursos uma mais-valia pois nunca lhe permitiram sair da condição em que se encontra. Vê o RSI como uma necessidade transitória que lhe permite fazer face às despesas no imediato.

**Entrevistada 3**, 61 anos, solteira, natural de Salvaterra de Magos, pediu o RSI há tantos anos que já lhe perdeu a conta. Como habilitações literárias possui a 3ª classe todavia, teve alguns empregos precários que nunca lhe permitiram sair desta condição efetivamente. Quando questionada sobre a forma como teve conhecimento da medida refere que foi por si mesma pois precisava de sobreviver.

Da infância guarda boas memórias, diz que nunca lhe faltou nada. A sua maior tristeza foi viver a morte da mãe, que salienta ter sido uma perda muito difícil e que muita falta lhe faz. Teve vários trabalhos e nunca sentiu dificuldade em mudar de emprego.

É uma senhora que gosta de andar cuidada e, apesar da sua idade diz sempre que tem menos 10 anos. O seu grande apoio é a filha e o genro, são vizinhos, mas não gosta de se meter nos assuntos deles. Atualmente tem um namorado quase 30 anos mais novo, mas é muito discreta nesse assunto. Quando se fala em trabalho refere que está a aguardar para se reformar. Considera que com a idade que tem já não se preocupa com questões profissionais. A sua ambição passa por deixar de ser beneficiária para transitar

para a condição de reformada. Também não possui cópia do CI nem se recorda de nenhuma reunião prévia à assinatura do mesmo.

**Entrevistada 4**, 40 anos, é viúva e de etnia cigana, o seu agregado familiar é composto por 4 pessoas. Como habilitações literárias possui o 6º ano e foi durante algum tempo emigrante. Quando regressou do estrangeiro, teve conhecimento do RSI por uma tia que também era beneficiária e está na medida há 10 anos devido à dificuldade na inserção do mercado de trabalho. Também refere não possuir cópia do CI nem existiu qualquer negociação prévia à assinatura, segundo nos relata.

O companheiro não era de etnia cigana, tendo falecido há cerca de 4 anos, de cancro, quando esta se encontrava grávida de 3 meses. O seu casamento foi efetuado quando ainda tinha 14 anos e, enquanto jovem nunca passou grandes dificuldades pois na sua etnia são muito unidos.

A sua preocupação centra-se nos filhos que segundo a própria passam necessidades. A sua habitação não possui condições nem muita mobília mas está limpa, as escadas de acesso são íngremes e não apresentam segurança. Aparenta ser muito revoltada com a falta de respostas às suas necessidades, tem na família o seu maior apoio, não seguindo as regras a que a sua etnia a sujeita.

O seu maior desejo é voltar para Londres onde tem filhos.

**Entrevistada 5**, 42 anos, é natural da Golegã e de etnia cigana, beneficia da medida há 22 anos, ou seja desde os 20 anos de idade, possuindo como habilitações literárias a 4ª classe. Vive com a filha e o companheiro (que não é cigano). Tem vários filhos, sendo já avó, estando um dos filhos detido.

A sua infância foi muito feliz e bonita, como a própria descreve, pois os pais eram vendedores ambulantes, profissão que também abraçou durante uns anos. Aos 15 anos já esperava pelo primeiro filho, tendo trabalhado no campo para garantir o sustento. Entrou na medida para poder sobreviver sendo que, o companheiro e ela vão fazendo alguns biscates para complementar o RSI.

Tem em si uma grande vontade em sair desta condição mas não sente apoio por parte das técnicas, segundo referiu. Teve conhecimento da medida através de uma familiar, também beneficiária e salienta que sente uma grande diferença no apoio que lhe era prestado pela equipa de RSI, onde residia anteriormente. Quando questionada acerca do CI, refere que nem lhe foi dado tempo para ler sequer nem facultada nenhuma cópia assim como, não existiu nenhuma reunião.



**Entrevistada 6**, 35 anos, natural de Santarém, vive em união de facto com indivíduo de etnia cigana e beneficia da medida há 4 anos com o agregado de 3 pessoas. É mãe de 3 crianças de duas relações diferentes e possui como habilitações literárias o 7º ano. Atualmente trabalha mais o companheiro sem que a TGC saiba. Tem tido um percurso de vida atribulado, chegando a viver numa barraca com a filha bebé. Todavia, diz que é de fácil adaptação às adversidades. Aos 18 anos já tinha saído da casa dos pais para ir viver com o primeiro companheiro. Teve o seu primeiro emprego como cabeleireira do qual gostava muito, todavia, é a cuidar de idosos que se sente bem. Salienta que teve conhecimento da medida através de familiares, devido a estar desempregada. Tem uma relação difícil com a TGC e refere que não possui cópia do CI nem tampouco foi efetuada qualquer reunião antes da assinatura do contrato.

**Entrevistado 7**, 50 anos, natural de Angola, beneficia da medida há um ano. Atualmente vive na casa do tio por boa vontade deste mas sente que é difícil ver diariamente o primo a maltratar o pai. Sente-se impotente para ajudar ou tomar posição, o que o deixa muito angustiado. Possui como habilitações literárias o 6º ano sendo que tem carta profissional que lhe permite a condução de veículos pesados e de táxis.

Teve uma infância sem incidentes mas diz que a vida na Ribeira nunca foi fácil, quando havia discussões em casa saía para não “os aturar”. Teve uma vida recheada de experiências que passaram por períodos de emigração. Desde cedo que se inseriu no mercado de trabalho para ganhar o seu sustento. Em 2015 sofreu um AVC que lhe retirou uma parte da mobilidade, o que o levou ao desemprego e, consequentemente, ao RSI. Atualmente está divorciado mantendo uma relação muito atribulada com a ex-mulher, de quem tem um filho menor. No que respeita ao CI, não possui cópia nem sabe o que assinou pois não lhe facilitaram a leitura nem houve lugar a uma reunião prévia que permitisse esclarecer as suas dúvidas. Não conhece a TGC e à data, apenas o visitaram uma vez (passaram de carro, afrouxaram e perguntaram se estava tudo bem, de acordo com o próprio). Teve conhecimento da medida através da Técnica Responsável do Centro Comunitário.

Na segunda secção – **Trajetória e percurso de vida anterior a ser beneficiário RSI**- é de salientar que de acordo com as evidências demonstradas nas entrevistas, os inquiridos de forma geral tiveram uma infância sem grandes atribulações sendo que viveram com os pais que por sua vez tinham baixa escolaridade ou até nenhuma.

*“O meu pai tinha a 4ª classe, a minha mãe tem o 6º ano...” (entrevistada 1)*

*“O meu pai tinha a 4ª classe, a minha mãe não sabia ler nem escrever mas eram bons de contas”* (Entrevistada 4)

*“4ª classe”*(Entrevistada 6)

*“Olha atão coitados...nem à escola foram, começaram a trabalhar cedo”*(Entrevistado 7).

Neste contexto, referem que os pais/cuidadores desempenhavam atividades consentâneas com as suas baixas qualificações

*“ O meu pai era mecânico e a minha mãe era e é doméstica”* (Entrevistada 1)

*“A minha mãe foi sempre doméstica, limpezas, a avó era reformada por causa da saúde. O avô trabalhava na EDP, assubia aos postes”* (Entrevistada 2)

*“A minha mãe era reformada aos 50 anos, por causa da vista, não via. Antes trabalhava no campo. “* (Entrevistada 3)

*“(...) eramos vendedores ambulantes”* (Entrevistada 4)

*“Vendedores ambulantes”* (Entrevistada 5)

*“Pai emigrante, pedreiro. Mãe doméstica”* (Entrevistado 6)

*“Atão o meu avô trabalhava por conta própria, a minha avó era doméstica”* (Entrevistado 7)

No que respeita à habitação e condições de vida, a maioria mudou de residência pelas mais diversas razões.

*“Sim, depois das casas arderem...Fizemos depois uma barraca mas o chão abateu”.* (Entrevistada 1)

*“Mudei só uma, ‘tava com a mãe.”* (Entrevistada 2)

*“Eu? Mudei para eles terem a casa deles e eu a minha...foi só aqui...”* (Entrevistada 3)

*“Sim, porque a casa ardeu e não tinha onde ficar e fui para a casa do meu ex-marido...”* (Entrevistada 4)

*“Sim, a casa não tinha condições. O meu caminho era o caminho-de-ferro””* (Entrevistada 5)

*“Sim, morava numa barraca e ‘tava tudo a cair”* (Entrevistada 6)

*“Sim...olha olha...quando casei mudei de casa, quando me separei mudei de casa...depois fui viver para um quarto ali ao pé da estação...depois fui para a Holanda...”* (Entrevistado 7)

Quando abordados sobre a sua infância, revelam ter boas memórias da época.

*“Fome nós não tínhamos mas havia outro tipo de dificuldades...a habitação...”*

(Entrevistada 1)

*“Foi boa, nunca me faltou nada desde pequenita (...)”* (Entrevistada 2)

*“ (...) Olhe era brincar e fugir à escola (...)”* (Entrevistada 3)

*“Foi muito boa...”* (Entrevistada 4)

*“(...) Foi uma infância muito boa e muito bonita (...)”* (Entrevistada 5)

*“Foi boa, foi.”* (Entrevistada 6)

*“Tá a imaginar a Ribeira não tá? Não é preciso dizer mais nada. Imagine a Ribeira há 40 anos atrás...se ainda hoje não é boa...”* (Entrevistado 7)

Ainda relativamente às dificuldades existentes à época, a maioria dos entrevistados refere não ter tido uma vida com grandes percalços.

*“Fome nós não tínhamos, mas havia outro tipo de dificuldades...a habitação...”*

(Entrevistada 1)

*“Não houve dificuldades...não...não...”* (Entrevistada 2)

*“Não...com a minha mãe não.”* (Entrevistada 3)

*“Não....acho que não havia grandes dificuldades...os tempos também eram outros sabe...”* (Entrevistada 4)

*“Não, não faltava nada (...)”* (Entrevistada 5)

*“Ah...havia muitas dificuldades (...) eram as vizinhas que ajudavam a gente.”*

(Entrevistada 6)

*“Ah...eu saía de casa para não aturar ninguém”* (Entrevistado 7)

Quando questionados sobre algum episódio da vida que os tenha marcado particularmente, as respostas centraram-se fundamentalmente na perda de entes queridos ainda que exista um caso onde um incêndio deixou marcas profundas.

*“Na altura em que nos ardeu a casa...ficámos sem nada...foi uma altura muito difícil”*

(Entrevistada 1)

*“A morte da avó (...) não estava à espera”* (Entrevistada 2)

*“A morte da minha mãe.”* (Entrevistada 3)

*“Não, que me recorde não”* (Entrevistada 4)

*“(...) o falecimento de uma irmã, tinha eu 5 anos e nunca esqueço”* (Entrevistada 5)

*“Não”* (Entrevistada 6)

Já no que se refere às dificuldades económicas, a questão que se relacionou com a forma como foram ultrapassadas, as respostas centraram-se no auxílio prestado pela rede familiar e de amigos.

*“Olhe...com a boa vontade da família...andámos aqui e ali...a pedir ajuda a amigos e às vezes a desconhecidos...sobrevivemos assim.”* (Entrevistada 1)

*“Não houve dificuldades”* (Entrevistada 2)

*“Não”* (Entrevistada 3)

*“Olhe com o apoio da família...nisso nós somos unidos”* (Entrevistada 4)

*“A gente na dávamos por isso, havia sempre comidinha na mesa”* (Entrevistada 5)

*“Eram as vizinhas, ajudaram a gente bastante”* (Entrevistada 6)

Quando foram convidados a falar acerca da sua relação com a escola, grande parte dos inquiridos referiu que não gostava de estudar, todavia, sentem que se o tivessem feito a sua vida eventualmente poderia ter sido diferente.

*“Sim, mas pelo meu estado de saúde não. Pois...não sei...”* (Entrevistada 1)

*“Talvez...tinha se calhar habilitação já feita para certos serviços...”* (Entrevistada 2)

*“Não ...acho que não...nunca era os estudos do meu tempo...”* (Entrevistada 3)

*“Sim, para arranjar trabalho.”* (Entrevistada 4)

*“Sim...em questões de trabalho porque em certos trabalhos nós não podemos entrar sem cursos”* (Entrevistada 5)

*“Talvez...nunca se sabe...”* (Entrevistada 6)

*“Absolutamente. Em todos os aspetos (...)”* (Entrevistado 7)

No âmbito da escolaridade dos entrevistados, as habilitações mínimas são a 3ª classe e a mais elevada é o 8º ano. No que se refere à idade com que deixaram a escola, dois inquiridos não se lembram, dois referem ter deixado de estudar com 11/12 anos, dois com a idade de 17 anos e por fim, um dos inquiridos foi com 15 anos. As razões apresentadas para terem deixado a escola prendem-se essencialmente ao facto de não

gostarem de estudar, no entanto apenas dois inquiridos deram início ao percurso profissional após saírem da escola (aprendiz de cabeleireira e servente de pedreiro) pois queriam independência familiar e financeira.

No âmbito do grupo de inquiridos houve quem nunca tivesse trabalhado, no entanto as atividades laborais exercidas situam-se sobretudo nas profissões de motorista ligeiros e pesados, auxiliar de ação educativa, operária fabril, servente de limpeza e trabalhadora rural. Grande parte dos inquiridos apresenta percursos pautados pela instabilidade e intermitência laboral. Os problemas mais apontados como forma de justificar o desemprego foram a falta de saúde, ausência de retaguarda familiar (para apoiar com os filhos) ou o facto de ser de etnia cigana.

No que respeita ao percurso familiar dos entrevistados, a análise efetuada mostra que apenas uma pessoa reside sozinha sendo que três agregados são compostos por três pessoas e outros três agregados são compostos por 4 elementos. Todos os inquiridos já mudaram de residência sendo a razão apontada a saída da casa dos cuidadores.

Quando questionados sobre a sua atual situação marital, temos duas pessoas solteiras, três vivem em união de facto, um é divorciado e uma é viúva.

Como forma de justificar a sua condição ao nível afetivoos entrevistados referiram:

*“Tenho namorado, mas brigamos muito”* (Entrevistada 1)

*“Junta...há 11 anos e sou muito feliz.”* (Entrevistada 2)

*“Olhe...olhe dra., eu cá conto só comigo, sempre sozinha...”* (Entrevistada 3)

*“(...) custou muito saber que o meu menino nunca iria conhecer o pai...”* (Entrevistada 4)

*“Tenho um companheiro”* (Entrevistada 5)

*“União de facto”* (Entrevistada 6)

*“Atualmente estou bem (...) estou sozinho...”* (Entrevistado 7)

Na terceira parte da entrevista – **Trajetória e Percurso de Vida enquanto beneficiário de RSI** o principal objetivo foi recolher todas as informações que permitissem analisar as representações que os beneficiários têm sobre o Rendimento Social de Inserção, bem como compreender as transformações ocorridas (autonomia) após começarem a beneficiar da medida.

Considerámos importante compreender a forma como os entrevistados souberam deste apoio tendo-se aferido que a maioria já era beneficiário através da mãe/familiares (reprodução familiar da pobreza)

*“Foi através da minha mãe”* (Entrevistada 1)

*“Foi pela mãe (...)”* (Entrevistada 2)

*“(...) já ‘tou nisto há uns aninhos...não tinha onde ir buscá-lo (...) falei com as dras. (...) no posto velho...”* (Entrevistada 3)

*“(...) a minha mãe (...)”* (Entrevistada 4)

*“(...) por uma tia (...)”* (Entrevistada 5)

*“Através de familiares.”* (Entrevistada 6)

*“Foi a dra. do Centro Comunitário que me ajudou.”* (Entrevistado 7)

Para poderem receber a prestação, todos os beneficiários trataram dos documentos sendo que, a maioria refere ter efetuado as diligências junto da segurança social e que demorou entre 2 a 4 meses até começarem a receber a prestação.

Algo que nos despertou interesse, foi como sobreviveram até receber a ajuda pecuniária, sendo que, mais uma vez as respostas centram-se na rede de apoio (família e amigos) ou trabalhos sazonais, esporadicamente.

Os inquiridos salientam também que se propuseram a ser beneficiários de RSI por questões de desemprego e sobrevivência, o que possibilitou ganhar um bocadinho de independência financeira ao passo que para outros proporcionou aceder a bens de primeira linha ou medicação ou ainda, permitiu aprender a gerir o orçamento familiar.

Quando questionados sobre o Contrato de Inserção apenas dois beneficiários dizem saber o que é, no entanto todos afirmam desconhecer o seu conteúdo. Segundo esses entrevistados foi-lhes dito que teriam de assinar o CI para poderem receber a atribuição pecuniária, tal como pudemos aferir no decurso das entrevistas:

*“Não houve muita conversa, foi “assina estes papeis” (...) não sei o que lá ‘tá escrito (...) alguma vez aquela gente nos deixa ler alguma coisa?”* (Entrevistada 1)

*“Nunca o vi...nem sei o que lá diz (...) Disseram-me só “Assine aqui se quer receber”.*

*“(...) nunca o vi...assinei qualquer coisa assinei, mas foi porque me disseram “assine aqui para poder receber” e eu assinei...nem li nada...”* (Entrevistada 3)

*“(...) é um papel com qualquer coisa escrita...mandaram-me assinar para poder receber, não sei o que diz”.* (Entrevistada 6)

*“O meu nome está lá que eu assinei, mas nem sequer uma cópia me deram.”* (Entrevistado 7).

Outro assunto que mereceu a nossa atenção foi o facto de os entrevistados afirmarem que não houve uma negociação prévia à assinatura do contrato e que não houve a entrega de uma cópia do mesmo.

*“O papel já estava feito, nem tive tempo de o ler.”* (Entrevistada 2).

*“Fui lá só assinar. (...) disseram só para assinar se queria receber e eu assinei.”* (Entrevistada 4).

*“(...) Cá não, não me chamaram para nada (...).”* (Entrevistada 5)

Os beneficiários revelam ausência de conhecimento da dinâmica do serviço técnico de acompanhamento, pois segundo a totalidade dos inquiridos não possuem o Regulamento Interno nem foram informados dos procedimentos, salientando apenas que o que poderá dar origem ao corte da prestação é o facto de estarem a trabalhar sem informar, faltar a alguma convocatória ou recusar formação. No entanto, são conhecedores dos dias de atendimento bem como, da realização das visitas de acompanhamento (segundo os próprios ocorrem às terças e quintas feiras).

Quando questionados sobre o apoio manifestado pela Técnica Gestora de Caso ou das Ajudantes de Ação Direta, a maioria dos inquiridos referem que não se sente apoiado pelo trabalho técnico de acompanhamento todavia, realçam que o contributo pecuniário da medida é muito importante.

*“Nada (...) É sempre a mesma resposta...não há...não há (...) dá para comprar alguma alimentação (...) dez dias...nem tanto.”* (Entrevistada 1)

*“(...) em nada...tenho é de fazer o que elas mandam (...) é a mesma coisa...”* (Entrevistada 2)

*“Não me ajudam a nada (...) o RSI não dá para nada...”*(Entrevistada 3)

*“Não...não...(...) já não passo tanta fome (...)”* (Entrevistada 4)

*“Não, em nada. (...) Ficou tudo igual.”* (Entrevistada 5)

*“Um apoio que nem sei onde hei-de pôr tanto apoio (...) não se interessam por nós (...) dá para viver mal e porcamente.”* (Entrevistada 6)

*“Não sei quem é ela...só a vi uma vez...não querem saber da gente pra nada (...) nunca mais as vi, já lá vai um ano (...) um pouco de independência mais nada.”* (Entrevistado 7)

Neste âmbito, os entrevistados foram convidados a sugerir alterações ao serviço que trouxesse melhorias e, foram perentórios ao salientar que mudavam a forma como as TGC se relacionam com as pessoas assim como, sugerem uma análise mais detalhada

cada caso por forma a permitir mais equidade na atribuição dos rendimentos, tal como pudemos verificar nos testemunhos abaixo.

*“Hã...mudava a maneira que a Dra. (nome da Técnica Gestora de Processo) tem de falar com as pessoas e que elas nos informassem das condições que estão no contrato.”*

(Entrevistada 1)

*“É certinho direitinho...em nada...tenho é de fazer o que elas mandam...se for eu a pedir não há nada...”* (Entrevistada 2)

*“ Oh Dra., se mudava...ia ver quem realmente precisa porque há muitas injustiças.”*

(Entrevistada 3)

*“Tudo (risos)”*(Entrevistada 4) – Resposta à questão colocada em relação a mudar alguma coisa no âmbito das relações estabelecidas entre as TGC e os beneficiários.

*“Sim, sim. Apoiar mais os pobres naquilo que precisassem. Elas realmente não ajudam ninguém, nem abrem a porta.”* (Entrevistada 5).

*“Darem apoio, virem a casa ver as condições das pessoas...”* (Entrevistada 6)

*“Não Dra...elas querem lá saber.”* (Entrevistado 7)

Quando questionados sobre a forma como se sentem por estar a beneficiar da medida de RSI, as respostas centraram-se em:

*“(...)sinto-me humilhada, desamparada.”* (Entrevistada 1)

*“Sinto-me abafada.”* (Entrevistada 2)

*“Sinto-me humilhada (...)”* (Entrevistada 3)

*“Não sei...sei lá...”* (Entrevistada 4)

*“Não gosto (...)”* (Entrevistada 5)

*“Sinto-me humilhada (...)”* (Entrevistada 6)

*“Não sei...”* (Entrevistado 7)

No entanto, quando lhes foi perguntada a sua opinião face ao trabalho voluntário(sem remuneraçãoem Instituições de Solidariedade Social ou Associações Culturais e Recreativas, por exemplo) apenas uma beneficiária discorda no entanto é referido que o mesmo deve ser adaptado às particularidades de cada um. Quando questionados se recebem mais algum subsídio ou prestação social, foi apenas referida a Cantina Social e o Banco Alimentar. Relativamente ao tempo a que são beneficiários as respostas variam entre 1 até 22 anos. No que respeita à equipa técnica e de acompanhamento, 3 dos entrevistados refere não ter uma boa relação com a TGC, outros 3 referem ter uma



relação “normal” sendo que, um dos entrevistados que é beneficiário há um ano refere que não conhece a sua técnica.

*“Nunca lhe fiz mal nenhum mas ela fala-me com sete pedras na mão (...) não ouve ninguém e tem um mau aspeto medonho.”* (Entrevistada 1)

*“ (...) ela lá, eu cá (...)”* (Entrevistada 2)

*“Ah tudo numa boa, como ela diz. Se me chatear eu é que saio prejudicada.”* (Entrevistada 3)

*“É boa...”* (Entrevistada 4)

*“É boa...(risos)”* (Entrevistada 5)

*“É péssima (...) aquilo é só gente estúpida.”* (Entrevistada 6)

*“Não a conheço, não sei quem é”* (Entrevistado 7)

No que respeita à regularidade das visitas efetuadas pelas TGC à casa dos beneficiários, os mesmos referem que:

*“Essa só veio 1 vez para me exigir que fosse ao médico e queriam vir atrás de mim para a consulta, para ver se não estava a mentir.”* (Entrevistada 1, beneficiária há cerca de 2 anos)

*“Só veio à minha casa 2 ou 3 vezes...”* (Entrevistada 2, beneficiária há 5 anos)

*“Só vi a Dra. (nome da TGC) umas 2 vezes... são 5 anos...”* (Entrevistada 3, beneficiária há 14 anos, no total do tempo apesar de já ter tido mais do que uma TGC, a atual mantém-se há 5 anos)

*“Nenhuma.”* (Entrevistada 4, beneficiária há 10 anos)

*“A minha técnica foi lá uma vez porque lho exigei”.* (Entrevistada 5, beneficiária há 22 anos todavia, por equipas desta instituição é acompanhada há 16 anos)

*“Nenhuma”* (Entrevistada 6, beneficiária há cerca de 4 anos)

*“Foram ver a casa mais nada e foi tão rápido que nem as fixei.”* (Entrevistado 7, beneficiário há cerca de 1 ano).

Relativamente à opinião sobre a ocorrência das visitas de acompanhamento efetuadas pelas ajudantes de ação direta a par das dinâmicas decorrentes desses encontros, as respostas são:

*“Ah essas...quando queriam os papéis do médico vinham todas as semanas...depois deixaram de aparecer...”* (Entrevistada 1)

*“Essas aparecem cá de 15 em 15 dias”* (Entrevistada 2)

*“Essas aparecem de 15 em 15 dias, mais ou menos”* (Entrevistada 3)

*“Nenhuma...quando as vejo é na rua...gostam de nos abordar é na rua para não se darem ao trabalho de estacionar e ter de andar...”* (Entrevistada 4)

*“Nunca, elas tinham medo de ser mortas pelo comboio. Nunca tive uma visita delas em 16 anos.”* (Entrevistada 5)

*“P’raí umas poucas de vezes nesta casa. Na barraca nunca lá iam.”* (Entrevistada 6)

*“Olha olha...duas vezes num ano...”* (Entrevistado 7)

Muito embora os beneficiários revelem que não existe um contato efetivo com a TGC, todos afirmaram que são visitados pelas equipas de ajudantes de ação direta que estão no terreno com uma periodicidade mais ou menos quinzenal no entanto, referem que esses encontros não produzem mudanças.

*“Fazem-me pedidos do que elas precisam...tipo a prova de que eu estava doente.”* (Entrevistada 1)

*“Ah nada...perguntam se está tudo bem, como estamos...se está tudo na mesma...se eu disser que preciso de alguma coisa elas não querem saber por isso...olhe já não digo nada...”* (Entrevistada 2)

*“Falam sempre na mesma coisa...perguntam se está tudo bem, como estamos, se está tudo na mesma...”* (Entrevistada 3)

*“Perguntam-me como estão as coisas e prontos”* (Entrevistada 6)

*“Das duas vezes eu estava à porta e elas afrouxaram o carro, nem saíram, e perguntaram se ‘tava tudo bem. Encolhi os ombros...ala que elas aí vão.”* (Entrevistado 7)

No que se refere às entrevistadas 4 e 5 as mesmas referem que nunca foram visitadas pelas ajudantes na sua habitação, sendo que a entrevistada 5 salienta que os encontros são ocasionais na rua onde lhe é perguntado se está tudo bem.

Neste âmbito, todos os beneficiários referiram que as TGC não consideram as necessidades/ pedidos de apoio efetuados e que, só se dirigem aos serviços se forem convocados pois consideram que aquilo que para eles seria prioritário resolver não merece a atenção da equipa.

Para Rodrigues (2003), o sistema de ação social tem funcionado como um serviço arbitrário que releva a inclusão e os direitos, assente em respostas precárias e provisórias, ajustadas a uma lógica assistencialista.

Perguntou-se também o tempo que perspetivam continuar como beneficiários, no entanto, em todos casos não souberam especificar, sendo que apenas um inquirido referiu necessitar de 3/4 anos para sair da medida.

Sobre o percurso social foi perguntado se se sentiam isolados ou se mantinham contacto/ apoio de amigos/ familiares, sendo que foram unânimes na resposta ao referir que são apoiados. No que respeita às atividades culturais da comunidade, há beneficiários que estão ligados ao rancho (4 pessoas) sendo que, uma referiu que colabora quando lhe é solicitado e os restantes não se interessam.

Em relação à questão sobre se alguma vez se tinham sentido discriminados, 4 beneficiários responderam que sim, 2 responderam que não e 1 não soube responder.

Para finalizar este grupo de questões falou-se sobre as expetativas futuras dos beneficiários sendo que 3 pessoas têm expetativa que o jogo lhes venha a trazer alterações significativas com a saída de um bom prémio, os restantes centram-se na saúde, felicidade e perspetivas laborais.

## Conclusão

Após ter sido efetuada a análise das entrevistas e, apreciada a Lei que respeita ao Rendimento Social de Inserção podemos afirmar, tal como a autora Sousa (2005 citada por Dias, 2013) que a perspetiva das famílias é negligenciada na definição dos problemas. A mesma autora (Sousa *et al*, 2007, citada por Dias 2013) também reforça que ao momento que antecede a assinatura do CI existe, por vezes, uma negociação reducionista em que os clientes são informados das decisões dos profissionais e, é solicitada a sua assinatura onde fica registado o seu consentimento.

O processo de investigação desenvolvido através das entrevistas semi-diretivas realizadas ao conjunto dos sete indivíduos beneficiários permitiram avaliar a sua participação na elaboração do CI, que visa nortear a sua trajectória de vida. Neste sentido, foi possível compreender que as medidas implementadas não são antecipadamente negociadas com as famílias (em todos os casos analisados), segundo os entrevistados, bem como não lhes é facultada a cópia do mesmo. Todos os inquiridos referiram que também não lhes foi dada a possibilidade de proceder à leitura do CI sendo que apenas lhes foi referido “assine aqui se quer receber”. Neste sentido acresce mencionar que a entrega de uma cópia do contrato aos beneficiários da medida é uma situação que surge descrita nas Ações do Código Civil (princípio da boa fé negocial dos contratos) como obrigatória. Neste âmbito, há ainda a salientar que também não lhes foi entregue, ou referida, a existência do Regulamento Interno onde surja expressa a operacionalidade do serviço.

Muito embora a (re)inserção profissional possa ser considerada o motor que permite ao individuo sair da condição de beneficiário, a mesma não processa grandes resultados práticos quer seja pela falta de vontade dos próprios (que buscam respostas imediatas) quer seja pelo desajuste das perspetivas dos cursos em que visam ser inseridos.

Deste modo, é esperado que as famílias que beneficiam da medida de RSI cumpram e sigam uma estratégia, sem que compreendam os verdadeiros intentos da mesma (Cerqueira *et al.*, 2003 citado por Dias, 2013).

É também importante refletir sobre o facto de não estarem determinadas as ações que as TGC deveriam encetar no terreno por forma a apoiar os beneficiários. Neste âmbito o que surge expresso em documentação oficial é bastante vago, deixando margem para que cada técnico/ instituição possa traçar como linha orientadora aquilo que lhe aprouver.

Outra situação que gostaríamos de esmiuçar prende-se com a Lei que regula o RSI que prevê que uma jovem com idade inferior a 18 anos também possa beneficiar da medida desde que seja casada ou viva em união de facto há mais de 2 anos. Ora acresce que podemos estar a validar situações de jovens que poderão ter direito à prestação se aos 15/16 anos já se encontrem a viver maritalmente com um companheiro. Neste sentido questionamos se a Lei poderá ou não estar a desvirtuar o seu propósito considerando que a menor ainda deveria estar a percorrer o seu caminho académico.

Não olvidando a importância da prestação na vida dos beneficiários, todos foram perentórios ao afirmar que não se sentem apoiados pela equipa técnica e, é também facto que a maioria (6 inquiridos) possui formas de trabalho remuneradas, os “biscates” que não são declarados, remetendo para questões como a possível falta de monitorização por parte das equipas.

Os beneficiários demonstraram ter vontade em alterar a sua condição mas também apontam a perceção que têm face à distribuição do rendimento, referindo que conhecem casos em que a disparidade é injusta. Este aspeto provocou algumas críticas pois apesar de reverem na prestação um apoio fundamental, salientam que é muito difícil sobreviver com este valor mensal, daí haver recurso a atividades paralelas (segundo os inquiridos). Quando confrontados com o facto de poderem ser incentivados a alterar a sua habilitação académica, os participantes neste trabalho de investigação salientaram que os cursos que frequentaram foram por imposição da TGC e não lhes trouxeram benefícios.

Através da observação decorrida dos atendimentos sociais, e registada em Diário de Campo, foi possível corroborar as perceções dos beneficiários, que poderão decorrer das relações ténues com as TGC e as Ajudantes de Ação Direta. ParaDore e Alexander, 1996 citados por Sousa et al 2007, p.72)“ Para intervir junto de famílias com funcionamento psicossocial reduzido ou enfraquecido, a formação de uma aliança terapêutica baseada na confiança (...) determinante na fase inicial da intervenção (...) para manter o compromisso e retenção dos clientes no programa de intervenção”.

Apesar de o RSI ser uma política ativa de inserção social bastante importante que permite a subsistência de inúmeros agregados familiares, a mesma também permite que os beneficiários possam reorganizar as suas vidas. Todavia, inseridos nesta medida, podemos afirmar que existem dois tipos de beneficiários, na nossa perspetiva: os que vêem a atribuição pecuniária como um complemento aos “biscates” e, como tal, sentem-se acomodados a esta situação e, os que vêem a medida como uma ferramenta que lhes

permite conseguir apoio instrumental para sair da condição de beneficiário, que consideram provisória.

Apesar de este assunto poder ser discutível, verificou-se que os indivíduos entrevistados apesar de demonstrarem inércia perante a sua situação, todos referiram que gostariam de alterar a sua condição.

No que respeita à trajectória de vida e percurso dos beneficiários antes de beneficiarem da medida, não nos parece que o passado tenha sido um fator condicionante considerando que a grande maioria revelou ter tido uma infância feliz e sem grandes preocupações sendo que, comparativamente ao presente não demonstraram grandes preocupações com a reinserção profissional.

Quando questionados face à percepção do seu percurso de vida enquanto beneficiários da medida de RSI, foram peremptórios em atribuir ao desemprego o facto de estarem nesta condição muito embora, não encontrem vantagens no trabalho social, que poderia ser uma medida positiva para novos conhecimentos na área laboral.

O aspeto mais referido prendeu-se com a insuficiência dos valores atribuídos que não permite fazer face às despesas básicas, apesar de considerarem que é um apoio muito importante.

Relativamente ao tempo de permanência na medida, nenhum dos entrevistados soube especificar sendo o motivo basilar encontrar um emprego estável ou passar para a condição de reformado (2 casos apresentados).

Neste âmbito, quando abordadas todas as realidades que foram apresentadas pelos beneficiários de RSI salienta-se a capacidade técnica do profissional de Educação Social neste enquadramento.

Quando transportamos toda esta problemática para um quadro de intervenção social, parece-nos fundamental discernir acerca da intensificação do trabalho em rede e das parcerias entre instituições, abordadas no âmbito da presente dissertação, como forma de garantir que todos possam ter acesso às mesmas oportunidades.

O trabalho em rede procura revestir-se da capacidade de resolver problemas que estão associados à exclusão social e à pobreza atendendo a que “o desenvolvimento da educação social prende-se simultaneamente, com uma agudização dos fenómenos de exclusão social (...)”, de acordo com Carvalho & Baptista (2004, p.11).

O trabalho do educador social, no âmbito da intervenção comunitária procura a restituição das pessoas à vida ativa. É neste contexto social enfraquecido que o trabalho

do educador social deverá ser enfatizado promovendo o envolvimento da sociedade civil na inclusão dos indivíduos desfavorecidos na sua condição.

É também a este técnico que caberá accionar os mecanismos que possam proporcionar o acesso à igualdade de oportunidades, tendo em consideração as necessidades sentidas e/ou apresentadas pelas famílias.

Não obstante todo o trabalho que este profissional poderá desempenhar, acresce a necessidade de monitorizar as ações e ajustá-las sempre que se verifique ser necessário.

Para Romans, Petrus e Trilla (2003, p. 56) a educação social foi

“concebida como adaptação, como socialização, como recurso para a aquisição de competências sociais, como didáctica do social, como acção profissional socioeducativa qualificada, como acção frente à inadaptação, como formação política do cidadão, como factor de prevenção, controle e mudança social, como trabalho social educativo, como geradora de novas demandas sociais”.

O nosso estudo demonstrou que a maioria das famílias não recebia a visita das técnicas com regularidade e houve beneficiários que manifestaram desconhecer a TGC. No que respeita às Ajudantes não sabemos que diretrizes possuem e as mesmas não surgem apostas à legislação todavia, os beneficiários foram unânimes ao desvalorizar estas visitas pois não trazem benefícios nenhuns, na sua ótica.

Neste sentido, gostaríamos de propor algumas linhas orientadoras de intervenção que possam visar melhorias e os efeitos pretendidos no que respeita à implementação efetiva da medida de RSI. Assim, realçamos a necessidade apresentada de que a elaboração do contrato de inserção seja efetuado “com” a família, dando um papel preponderante e o envolvimento necessário do beneficiário na construção do seu percurso de vida bem como, lhes seja facultada cópia do mesmo. Outra situação amplamente abordada pelos beneficiários centrou-se no facto de não existir contacto regular com a TGC assim como, as necessidades sentidas pelas famílias serem desvalorizadas, uma situação que seria importante inverter e que os teóricos têm debatido amplamente tal como foi sendo referenciado ao longo deste estudo. Para Sousa *et al* (2007, p.73), as visitas domiciliárias ou as actividades em conjunto atenuam o sofrimento das famílias. Neste contexto, a mesma autora também refere que as famílias “referem relações com profissionais pautadas pela ausência de igualdade em que se sentiam rebaixadas, rejeitadas e ameaçadas”, situação também referenciada nas entrevistas efectuadas.

A Lei deveria ser revista de modo a que pudesse existir uma limitação temporal de permanência na medida, pois no nosso entender permitiria um esforço conjunto do técnico e do beneficiário. Rodrigues & Sousa (2006, citados por Dias, 2013), referem que as famílias beneficiárias de RSI são vistas como um “fracasso” da intervenção social, atendendo a que a sua ligação aos sistemas de protecção social é longo sem que se verifiquem melhorias significativas, sendo que quer o técnico quer a família acabam por se sentir fracassados, o que diminui as expectativas face ao sucesso.

No que respeita às visitas efetuadas pelas ajudantes de ação direta, as mesmas centram-se num rápido cumprimento aos beneficiários não dando espaço para o apoio necessário, de acordo com o testemunho dos próprios. Estas visitas ocorrem sempre em dias específicos e estipulados, o que leva a que os beneficiários sejam conhecedores das rotinas implementadas o que permite que 6 dos entrevistados mantenham trabalhos remunerados paralelos. Seria importante que houvesse alternância nos dias de visita para não se criarem condições para que a rotina de instale, por outro lado, sugere-se que as auxiliares passem tempo com as famílias para perceberem as suas reais carências. Acresce também a importância de aferir como são efetuados os relatórios das famílias tendo em consideração que grande parte dos beneficiários referiu que não tem contato com a TGC há muito tempo e, tal como foi exposto nas entrevistas, as auxiliares apenas “passam e cumprimentam” os beneficiários. Outra situação aferida surge relacionada com o facto de apenas dois dos entrevistados conseguirem prever o tempo de permanência na medida, o que poderá indiciar que não existem objetivos traçados pelos próprios para auxiliar as TGC neste trabalho que deveria ser desenhado em conjunto. Para Capucha (2005), o sucesso da intervenção social resulta da combinação de esforços de todos os envolvidos pelo que, assume-se que neste contexto, segundo os relatos dos entrevistados não acontece.

Apesar de a frequência em ações de formação ter cariz obrigatório muitos encontram formas de ultrapassar quer seja através de declarações médicas, quer seja por apoio à família, de acordo com o conteúdo relatado pelos mesmos, deixando os técnicos sem grande opção. Sugere-se assim, que para estarem na condição de beneficiários pudessem estar ocupados em atividades socialmente úteis que fossem ao encontro das suas capacidades cognitivas e motoras, sem exceção.



Para concluir gostaríamos de deixar a proposta de Romans, Petrus e Trilla (2003, p. 125) que refere que os três grandes tipos de competências que os educadores sociais necessitam no exercício da sua profissão, ainda que possam ser melhoradas através do treino e da formação, são “os conhecimentos, as capacidades e as atitudes”. Pode-se assim afirmar que os conhecimentos teóricos adquiridos em contexto académico são sem dúvida uma ferramenta importante mas, empiricamente as capacidades e as atitudes do técnico podem fazer toda a diferença na resolução das problemáticas que vão experimentando com os grupos/indivíduos/famílias.

## Referências Bibliográficas

- ✓ Amaro, F. (2006). *Introdução à Sociologia da Família*. Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa: Gráfica Europam, Lda.
- ✓ Almeida, J. (1992). *Exclusão Social: fatores e tipos de pobreza em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- ✓ Bruto da Costa, A., Baptista, I., Perista, P., Carrilho, P. (2008). *Um olhar sobre a pobreza. Vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Gradiva.
- ✓ Capucha, L. (2000). *Exclusão profissional, exclusão social*. Oeiras: Celta.
- ✓ Capucha, L. (2005). *Desafios da pobreza*. Oeiras, Celta Editora.
- ✓ Carvalho, A., Baptista, I. (2004). *Educação Social: Fundamentos e Estratégias*. Porto: Porto Editora.
- ✓ Constituição da República Portuguesa, disponível em <http://www.parlamento.pt/Legislacao/PAGINAS/CONSTITUICAOREPUBLICA/PORTUGUESA.ASPX>, consultado a 11/07/2018
- ✓ Departamento de Desenvolvimento Social e Programas/Unidade de Intervenção Social. (2015). *Manual Técnico para SAAS. Serviço de Atendimento /Acompanhamento Social*. Lisboa: Instituto da Segurança Social, I.P.
- ✓ Dias, M.A.M.L. (2013). *Um Olhar Sobre os Beneficiários do Rendimento Social com Contrato de Inserção*. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Universidade Fernando Pessoa. Porto. <http://hdl.handle.net/10284/4033>.
- ✓ Estivill, J. (2003). *PANORAMA DA LUTA CONTRA A EXCLUSÃO SOCIAL. Conceitos e estratégias*. Genebra: Bureau Internacional do Trabalho – STEP/Portugal
- ✓ Gimeno, A. (2003). *A Família. O Desafio da Diversidade*. Lisboa: Instituto Piaget
- ✓ Gomes, A. (2002). *O Rendimento Mínimo Garantido da exclusão à inserção social*. Coimbra: Quarteto Editora.
- ✓ Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo. Sentidos e formas de uso*. Estoril: Princípia.
- ✓ Ghiglione & Matalon (1995). *O Inquérito. Teoria e Prática*. Oeiras: Celta Editora.
- ✓ Horta, P. (2010). *A microanálise através da entrevista Semi-diretiva. Uma avaliação do ciclo da Auto-regulação da aprendizagem*. Mestrado Integrado em Psicologia. Universidade de Lisboa. Lisboa: Faculdade de Psicologia, disponível em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/1914>, consultado a 12 outubro 2017.

- ✓ Lei de Bases do Sistema da Segurança Social, Disponível em <https://dre.pt/pesquisa/-/search/108191984/details/normal?l=1>, consultada em abril de 2018.
- ✓ Lessard-Hébert, M. ; G., Goyette; Boutin, G. (2005). *Investigação Qualitativa Fundamentos e Práticas*. Lisboa: instituto Piaget
- ✓ Mendes, F. (2011). *Segurança Social: O Futuro Hipotecado*. Lisboa: Ensaio da Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- ✓ Quivy & Campenhout (1992). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva
- ✓ Romans, M., Petrus, A., Trilla, J. (2003). *Profissão: Educador Social*. Brasil: Artemed Editora
- ✓ Soulet, M. (2000). *Da não-integração. Tentativas de definição teórica de um problema social contemporâneo*. Coimbra: Quarteto Editora
- ✓ Sousa, L., Hespanha, P., Rodrigues, S., Grilo, P. (2007). *Famílias Pobres: Desafios à intervenção Social*, Climepsi: Editores.

## Webgrafia

- ✓ Beneficiários do Rendimento Social de Inserção da Segurança Social: Total e por grupo etário, disponível em <https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela>, consultado a 20 de agosto de 2018.
- ✓ Diagnóstico Social, disponível em [http://www.cm-santarem.pt/downloads/servicos\\_municipais/acao\\_social/Diagnostico\\_Social\\_2014\\_17.pdf](http://www.cm-santarem.pt/downloads/servicos_municipais/acao_social/Diagnostico_Social_2014_17.pdf), consultado a 11/07/2018.
- ✓ Estatísticas da Segurança Social, disponível em [www.seg-social.pt/estatisticas](http://www.seg-social.pt/estatisticas), consultado a 26 de agosto de 2018..
- ✓ Beneficiários do Rendimento Social de Inserção da Segurança Social: Total e por grupo etário, disponível em <https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela>, consultado a 20 de agosto de 2018.
- ✓ Guia Prático do Rendimento Social de Inserção, disponível em [http://www.seg-social.pt/documents/10152/24709/8001\\_rendimento\\_social\\_insercao/75f2f024-aeac-42dc-81ad-503ab0e9c441](http://www.seg-social.pt/documents/10152/24709/8001_rendimento_social_insercao/75f2f024-aeac-42dc-81ad-503ab0e9c441), consultado a 20 de janeiro de 2017.
- ✓ Objetivos e princípios da Segurança Social, Disponível em <http://www.seg-social.pt/objectivos-e-principios>, consultado em abril 2018.
- ✓ Prestação do Rendimento Social de Inserção, disponível em [http://cite.gov.pt/asstscite/downloads/legislacao/DL\\_90\\_2017.pdf](http://cite.gov.pt/asstscite/downloads/legislacao/DL_90_2017.pdf), consultado a 11/07/2018.
- ✓ Rendimento Social de Inserção disponível disponível em [http://www.seg-social.pt/documents/10152/24709/8001\\_rendimento\\_social\\_insercao/75f2f024-aeac-42dc-81ad-503ab0e9c441](http://www.seg-social.pt/documents/10152/24709/8001_rendimento_social_insercao/75f2f024-aeac-42dc-81ad-503ab0e9c441), consultado em abril de 2018.
- ✓ Rendimento Social de Inserção, disponível em [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=2027&tabela=leis&so\\_miolo](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2027&tabela=leis&so_miolo), consultado a 11/07/2018.

# Anexos

## **Anexo I- Entrevistas Exploratórias**

O presente questionário é confidencial e visa servir de apoio ao estudo da Dissertação de Mestrado intitulada “Rendimento Social de Inserção: Como se posiciona a família beneficiária na definição da sua trajetória de vida”, elaborado pela aluna do Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária, da Escola Superior de Educação de Santarém.

O presente estudo tem como objetivo verificar em que medida se está a ir ao encontro da Lei, desde logo no que se refere à autonomização/participação dos beneficiários.

As respostas a este questionário são de extremo interesse para o estudo em causa pelo que, a sua colaboração é da máxima importância.

Para o preenchimento deste questionário, agradecemos que assinale com um X a resposta que lhe seja conveniente:

### **I. Sexo**

Masculino ☐  
Feminino ☐

### **II. Idade**

Menos de 30 anos	<input type="checkbox"/>
Entre 31 e 35 anos	<input type="checkbox"/>
Entre 36 e 40 anos	<input type="checkbox"/>
Entre 41 e 45 anos	<input type="checkbox"/>
Entre 46 e 50 anos	<input type="checkbox"/>
Entre 51 e 55 anos	<input type="checkbox"/>
Entre 56 e 60 anos	<input type="checkbox"/>
Entre 61 e 65 anos	<input type="checkbox"/>
Mais de 66 anos	<input type="checkbox"/>

### **III. Nº de pessoas que compõem o agregado familiar**

1 pessoa	<input type="checkbox"/>
Entre duas e quatro pessoas	<input type="checkbox"/>
Mais de cinco pessoas	<input type="checkbox"/>

**IV. Número de crianças que compõem o agregado familiar e respectivas idades**

1	<input type="text"/>				
2	<input type="text"/>	<input type="text"/>			
3	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>		
4	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	
5	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

**V. Há quanto tempo é beneficiária/o do Rendimento Social de Inserção?**

Menos de 6 meses	<input type="text"/>
Mais de 1 ano	<input type="text"/>
Mais de 2 anos	<input type="text"/>
Mais de 3 anos	<input type="text"/>
Mais de 4 anos	<input type="text"/>
Mais de 5 anos	<input type="text"/>
Mais de 10 anos	<input type="text"/>

**VI. Quando pede apoio à sua Técnica de Inserção, o seu pedido é considerado?**

Sim	<input type="text"/>
Não	<input type="text"/>

**VII. Quantas vezes por mês é visitada/o pela equipa?**

Nenhuma	<input type="text"/>
Entre 1 a 3 vezes	<input type="text"/>
Mais de 4 vezes	<input type="text"/>

**10.Descreva de modo abreviado e, por palavras suas, o que acontece nesses encontros.**

R.: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**11.No decurso do seu processo de Rendimento Social de Inserção, foi lavrado um Contrato de Inserção. Foi-lhe facultada alguma cópia?**

Sim ☐  
Não ☐

**12.Sabe o que consta nesse documento?**

Sim ☐  
Não ☐

**13.Qual/ quais o/s motivo/s que habitualmente a/o levam a dirigir-se aos serviços do RSI?**

R.: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**14.Sente-se apoiada pelo serviço? Descreva, por palavras suas, o que poderia melhorar a qualidade do serviço prestado?**

Sim ☐  
Não ☐

R.: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



**15. Quando se dirige aos serviços é tratada/o com respeito e dignidade?  
Descreva por favor.**

Sim ☐  
Não ☐

R.: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

**16. Já frequentou algum curso/formação ou medida de emprego no âmbito  
do RSI?**

Sim ☐  
Não ☐

**17. Concordou com a sua frequência no curso? Descreva, por palavras  
suas, as melhorias que possa eventualmente ter sentido na sua vida  
no âmbito dessa inserção.**

R.: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

**18. Quais os aspetos da sua vida que é obrigada/o a dar conhecimento à  
Técnica?**

R.: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

**19. É beneficiária/o de outro apoio social? Qual?**

Sim ☐  
Não ☐

R.: \_\_\_\_\_.

**XVIII. O que seria para si mais importante resolver neste momento?**

R.: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

**XIX. Já manifestou essa vontade à sua Técnica Gestora de Caso?**

Sim ☐  
Não ☐

**XX. Qual/quais a/s diligência/s que a Técnica efetuou até ao momento para a/o auxiliar nesse percurso?**

R.: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

**XI. Deixamos espaço para que possa fazer referência a outros aspetos que eventualmente a/o preocupem e não estejam aqui espelhados.**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

**Grata pela sua colaboração!**

## Anexo II- Guião de Entrevista

### Objectivo da entrevista

- Compreender em que medida o Rendimento Social de Inserção auxilia os beneficiários na sua trajetória de vida.

### Apresentação e Legitimação da Entrevista

Eu, Carla Carvalho, Educadora Social e aluna de Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária, estou a desenvolver um estudo acerca dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção, cujo tema principal é analisar se efectivamente os beneficiários são implicados nas escolhas que modelam a sua trajectória de vida, enquanto utilizadores da medida. Pretendo ainda com este estudo compreender se as relações estabelecidas entre os beneficiários e as técnicas, decorrentes dos atendimentos, condicionam as suas representações ou não.

Gostaria que me concedesse esta entrevista porque pretendo dar a conhecer a visão dos beneficiários sobre a medida bem como, considero importante conhecer a realidade dos entrevistados enquanto beneficiários. Assim, a sua colaboração é muito importante pelo que, espero não tomar mais do que 30-40 minutos do seu tempo. Posso gravar esta entrevista? Tem alguma objecção a fazer?

### 1. Caraterização do/a entrevistado/a

Idade:

Sexo:

Naturalidade:

Tipo de Agregado Familiar e Nº de elementos:

Nível de Escolaridade:

### 2. Trajetória Familiar e Percorso de Vida

(Pretende-se estabelecer relação com o percurso de vida a par dos motivos que levaram ao requerimento da prestação de RSI; evidenciar abertura, colocando o/a entrevistado/a à vontade no sentido de poder abordar questões de foro familiar)

## **Família de Origem**

- 2.1. A sua infância desenvolveu-se com os seus pais ou esteve ao cuidado de outros familiares ou instituição?
- 2.2. Qual a profissão desenvolvida pelos seus pais/cuidadores?
- 2.3. Quais as habilitações dos pais/cuidadores?
- 2.4. Considera que, há época, tinha uma vida sem restrições ou havia dificuldades?

## **Representações sobre o passado**

- 2.5. Havia quezílias na família?
- 2.6. Como era sua infância/adolescência?
- 2.7. Houve algum momento que a/o marcou negativamente? Quer falar sobre essa circunstância sucintamente?
- 2.8. Quando surgiam dificuldades, como eram ultrapassadas?

## **Percurso Académico**

- 2.9. Estudou até que ano? Foi repetente?
- 2.10. Com que idade deixou a escola? Porquê (caso tenha antecipado a permanência, considerando a idade)?
- 2.11. Tinha gosto em estar a estudar?
- 2.12. Caso tivesse continuado a estudar, acha que a sua vida teria sido diferente? Em que aspectos?

## **Percurso Profissional**

- 2.13. Quando saiu da escola, foi logo trabalhar?
- 2.14. Se sim, em que actividade?
- 2.15. Quanto tempo permaneceu nesse trabalho? Gostava?
- 2.16. Que outros trabalhos teve? Eram esporádicos ou chegava a efectivar-se?
- 2.17. Quando mudava de um trabalho para outro, tinha dificuldade em arranjar nova ocupação? Se sim, porquê?

## **Percurso Familiar**

- 2.18. Com que idade saiu da casa dos cuidadores? Em que circunstâncias?
- 2.19. Existiam outros problemas, para além de económicos, no seio familiar?
- 2.20. Tem filhos? Quantos?
- 2.21. Vivem todos em casa?

- 2.22. As crianças estudam? Em que anos?
- 2.23. Para si é mais importante que estudem ou que arranjem um trabalho?
- 2.24. Já alguma vez mudou de casa? Porquê?
- 2.25. Qual a sua situação conjugal atualmente?

### **3. Trajectória de vida enquanto beneficiária/o da medida de RSI**

(Recolher o conhecimento necessário com vista a proceder à análise das representações associadas ao RSI).

#### **Impressos do RSI**

- 3.1. Como teve conhecimento da medida de RSI?
- 3.2. Que diligências efectuou para ser beneficiário? Foi ajudada/o?
- 3.3. Quais os motivos que levaram ao pedido de RSI?
- 3.4. Quanto tempo demorou o deferimento do pedido?
- 3.5. Até receber a prestação, como sobreviveu?
- 3.6. O que mudou após começar a receber?
- 3.7. Sabe o que é o Contrato de Inserção (CI)? (Caso não saiba, explicar).
- 3.8. Sabe o que consta no CI?
- 3.9. Sabe os motivos que podem levar ao corte/suspensão do RSI?

#### **Relação com o Contrato de Inserção**

- 3.10. Como foi elaborado o CI? Foi-lhe pedido que desse a sua opinião sobre o contrato?
- 3.11. As acções do CI estão a ser cumpridas?
- 3.12. Foi-lhe facultada alguma cópia do CI? Em caso negativo, porquê? Pediu?
- 3.13. Sente-se apoiado pela medida? Em que é que o/a ajudam?
- 3.14. Mudava alguma coisa?
- 3.15. Concorde que os beneficiários prestem serviço voluntário?
- 3.16. No seu entender, as medidas melhoram a vida das pessoas?

#### **Representações sobre o RSI: consequências e resultados**

- 3.17. Qual o seu sentimento enquanto beneficiário?
- 3.18. Que melhoria observou na sua vida após receber a prestação?
- 3.19. Recebe mais alguma prestação social/subsídio/apoio social? Se sim, qual?
- 3.20. Sente como suficiente o valor da prestação que recebe?

- 3.21. Há quanto tempo é beneficiário/a?
- 3.22. Já esteve algum período sem receber e, voltou a ingressar na prestação depois? Se sim, porquê e quanto tempo?
- 3.23. Desde que é beneficiário frequentou alguma acção de formação? Concordou com a sua permanência nessa acção?
- 3.24. Quanto tempo mais acha que precisa de beneficiar da prestação?

**Relação com o/a Técnico/a Gestor/a de Processo/serviço.**

- 3.25. Como é a sua relação com o/a Técnico/a Gestor/a de Processo que o/a acompanha?
- 3.26. Quantas vezes por mês é visitado/a pela equipa de ajudantes de acção directa?
- 3.27. E pelas técnicas?
- 3.28. O que acontece nesses encontros?
- 3.29. Quantas vezes por mês se dirige aos serviços? Porquê?
- 3.30. Quando pede ajuda aos serviços, é considerado?
- 3.31. O que seria para si mais importante resolver neste momento?
- 3.32. Já deu conhecimento à equipa? Que diligências foram feitas até ao momento para o/a apoiar nesse sentido?

**Percurso Social**

- 3.34. Costuma envolver-se nas dinâmicas culturais da comunidade?
- 3.35. Já alguma vez se sentiu excluído ou passou por alguma situação desagradável que o/a tenha marcado?
- 3.36. Sente-se sozinho/a ou tem apoio de amigos e/ou familiares, caso necessite?

**Expetativas Futuras**

- 3.37. Como se imagina daqui a uns anos?
- 3.38. Que objectivos tem para si e para a sua família (caso se aplique).

### Anexo III- Grelha de Análise

Dimensões	Objetivos	Categorias	Sub-categorias
Caraterização do/a entrevistado/a	Obter os dados de identificação dos indivíduos entrevistados	Âmbito Pessoal	Idade Sexo Naturalidade Tipo de Agregado Familiar Número de elementos Estado civil Habilitações Académicas
Percurso de Vida anterior ao RSI	Compreender o percurso de vida do beneficiário no âmbito familiar, social, académico e profissional até começar a beneficiar da medida de RSI	Família de origem	-Habilitações académicas dos pais/cuidadores; -Profissão dos pais/cuidadores; -Laços familiares; -Condições de vida.
		Representações face ao passado	-Relacionamento familiar; -Perceção da infância e da adolescência; -Interpretação da exclusão social e pobreza e a forma de encarar a condição
		Trajecto Académico	-Frequência escolar; - Motivos do abandono escolar/saída precoce; -Relação com a escola
		Trajecto Profissional	-Início do percurso profissional; -Atividades profissionais exercidas e sua continuidade; -Dificuldades de reinserção profissional (baixa escolaridade, procura maior que oferta, desmotivação, entre outros);
		Percurso Familiar	-Início da vida familiar; -Existência e número de filhos/crianças que compõem o agregado familiar; -Frequência escolar dos filhos/crianças; -Dificuldades e problemas existentes; -Aferir a situação conjugal do beneficiário; -Número de residentes

			na habitação e grau de parentesco; -Outras prestações sociais complementares ao rendimento; - Tempo de permanência na medida; -Reingresso no RSI.
<b>Trajectoria de vida enquanto beneficiário da medida de RSI</b>	-Proceder à recolha da informação essencial por forma a poder analisar as representações dos beneficiários face ao RSI;  -Analisar as medidas de intervenção em prática;  -Aferir a rede de apoio social accionada/existente;  -Compreender a importância atribuída à medida nas vidas dos beneficiários	<b>Requerimento do RSI</b>	-Conhecimento da medida; -Motivos que levaram ao requerimento da prestação de RSI; -Dificuldades sentidas até ao deferimento do pedido; -Tempo que demorou até o pedido ser aprovado; -Conhecimento dos direitos/deveres enquanto beneficiário;
		<b>Relação com a medida /CI</b>	-Relação com o Contrato de Inserção; -Opinião sobre os apoios recebidos; -Processo de elaboração do CI; -Cumprimento das Ações estipuladas em CI; -Posição face ao trabalho voluntário no âmbito da medida; -Opinião sobre as acções estipuladas no CI;



		<b>Representações face ao RSI: consequências e resultados</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Perspectiva sobre o impacto da medida no seu rendimento;</li> <li>-Outros apoios sociais complementares que receba;</li> <li>-Opinião acerca do valor do rendimento;</li> <li>-Tempo de permanência na medida;</li> <li>-Reingresso no RSI.</li> </ul>
		<b>Relação com a Técnica Gestora de Processo/equipa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Opinião sobre o acompanhamento social prestado;</li> <li>-Tipo de relação estabelecida com o serviço/equipa;</li> <li>-Numero de visitas da Técnica;</li> <li>-Número de visitas das ajudantes de acção directa;</li> <li>-Descrição das visitas;</li> <li>-Importância que a Técnica atribui aos pedidos do beneficiário;</li> </ul>
		<b>Percurso Social</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Cidadania ativa;</li> <li>-Laços sociais evidentes;</li> </ul>
		<b>Expetativas futuras</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Objetivos de vida;</li> <li>-Pretensões para o futuro.</li> </ul>

## Anexo IV- Análise das Entrevistas

### Entrevistada 1

Dimensões	Objetivos	Categorias	Sub-categorias
Caraterização do/a entrevistado/a	Obter os dados de identificação dos indivíduos entrevistados	Âmbito Pessoal	25 anos Feminino Santarém Família Monoparental Agregado Familiar de 4 pessoas Solteira 7º ano
Percurso de Vida anterior ao RSI	Compreender o percurso de vida do beneficiário no âmbito familiar, social, académico e profissional até começar a beneficiar da medida de RSI	Família de origem	Pai 4ª classe, mãe 6º ano; -Pai mecânico, mãe doméstica; -cuidadores foram pai e mãe;
		Representações face ao passado	-“com boa vontade da família”; -“Na altura em que nos ardeu a casa...ficámos sem nada(...) até aos 16 anos fui normal”; -“Fome não tínhamos mas havia outro tipo de dificuldades...”
		Trajecto Académico	-“Até ao 8ºano mas está incompleto...não acabei...”; -“...chegava às aulas e tinha ataques de pânico...”; -“...achavam (os professores) que era histerismo da idade...por isso saí da escola.”
		Trajecto Profissional	-“Nunca trabalhei...não tenho condições por causa da minha saúde.”;
		Percurso Familiar	-“Não (referindo-se a não ter filhos)...” -“Tenho namorado mas brigamos muito.” -“Vivemos 4 pessoas mas tenho o Rendimento à parte”.

		Requerimento do RSI	<p>-Conhecimento da medida “através da minha mãe”;</p> <p>-“Não consigo trabalhar nem estudar nem fazer nada”;</p> <p>-“Era com ajuda da minha mãe, com a pensão que ela recebia.”;</p> <p>-“2 meses”;</p> <p>-“Não” (referindo-se ao facto de não saber o que é o CI e não ter participado na reunião que antecede a assinatura do mesmo);</p> <p>-“Estive no agregado da mãe 10 anos”;</p> <p>- Sim sei...faltar a alguma coisa, não fazer o que elas mandam...são nossas donas”</p>
<b>Trajectoria de vida enquanto beneficiário da medida de RSI</b>	<p>-Proceder à recolha da informação essencial por forma a poder analisar as representações dos beneficiários face ao RSI;</p> <p>-Analisar as medidas de intervenção em prática;</p> <p>-Aferir a rede de apoio social accionada/existente;</p> <p>-Compreender a importância atribuída à medida nas vidas dos beneficiários</p>		

		<p><b>Relação com a medida /CI</b></p>	<p>- “Não houve muita conversa, foi assim estes papéis”;</p> <p>- “Pois...não sei o que está lá escrito...”</p> <p>(referindo-se ao cumprimento das Ações estipuladas em CI);</p> <p>- “...eu concordo (com trabalho voluntário) mas também têm de ver as condições das pessoas...”;</p>
		<p><b>Representações face ao RSI: consequências e resultados</b></p>	<p>- “...comecei a conseguir comprar a medicação que é essencial e comida...dá para uma semana a mais.”;</p> <p>- “...é um dinheirinho que ajuda mesmo sendo pouco...dá para dez dias vá...nem tanto...”</p> <p>- “Ainda não completei 2 anos sozinha. Estive no agregado da mãe 10 anos (...)</p> <p>- “Não imagino o futuro”</p> <p>(referindo-se ao tempo de permanência na medida);</p> <p>- “Não” (referindo-se ao Reingresso no RSI.)</p>
		<p><b>Relação com a Técnica Gestora de Processo/equipa</b></p>	<p>- “...sinto-me humilhada, desamparada”;</p> <p>- “(...) para elas somos todos burros, miseráveis (...) é sempre a mesma resposta não há, não há (...) elas não apoiam (...) são injustas (...) fala-me com 7 pedras na mão”;</p> <p>- “Essa veio uma vez”</p> <p>(referindo-se ao número de visitas da Técnica;</p> <p>- “(...) deixaram de aparecer “( referindo-se ao número de visitas das</p>

			<p>ajudantes de acção direta);</p> <p>-“Fazem-me pedidos do que elas precisam”;</p> <p>-“Quando era a outra Dra sim, agora com esta Dra. é como não falar nada (...) não ouve ninguém (...) ela é má tem a mania de se achar superior (...)” ;</p>
		<b>Percurso Social</b>	<p>-“Só se me for pedido (...) fui a workshops no Centro e gostei”;</p>
		<b>Expetativas futuras</b>	<p>-“(...) melhorar para tirar um curso de desenho (...)”;</p>

## Entrevistada 2

Dimensões	Objetivos	Categorias	Sub-categorias
Caraterização do/a entrevistado/a	Obter os dados de identificação dos indivíduos entrevistados	Âmbito Pessoal	28 anos Feminino Santarém Família Nuclear 4 elementos União de facto 5º ano
Percurso de Vida anterior ao RSI	Compreender o percurso de vida do beneficiário no âmbito familiar, social, académico e profissional até começar a beneficiar da medida de RSI	Família de origem	-Mãe doméstica; avó reformada e avô funcionário da EDP -Foi criada pela mãe avós; -“nunca me faltou nada desde pequenina”
		Representações face ao passado	-“os avós nunca deixaram faltar nada”; -“Não houve dificuldades...não...não”
		Trajecto Académico	-“Estudei até ao 5º ano e reprovei no 5º...só”; -“Na altura não (quando respondeu se gostava de estudar)” “com 17 ou 18 anos (referindo-se à idade com que saiu da escola)”
		Trajecto Profissional	-“Não (quando questionada se começou logo a trabalhar quando saiu da escola)”; -“estive na praça de touros naquela escolita (...) com miúdos de 7/8 anos...era brincar com eles, dar-lhes almoço”; -“Às vezes...alguma dificuldade.”
		Percurso Familiar	-“Nunca saí...vim para a Ribeira há 5 anos e saí agora”; - “Tenho 2 (filhos); -“Só a (nome da filha), no segundo ano” -“Primeiro estudar, até ao máximo que pudermos e depois trabalharem”; -“Junta há 11 anos e muito feliz”; -(2 adultos e 2 crianças); - “Desde a minha mãe, já há uns aninhos...por mim, sozinha, é quase há

			<p>5 anos”;</p> <p>-“Não...já tive paragens...os meses que tive a trabalhar...com o nascimento dele (filho bebé)...para receber a maternidade”</p>
<p><b>Trajectoria de vida enquanto beneficiário da medida de RSI</b></p>	<p>-Proceder à recolha da informação essencial por forma a poder analisar as representações dos beneficiários face ao RSI;</p> <p>-Analisar as medidas de intervenção em prática;</p> <p>-Aferir a rede de apoio social accionada/existente;</p> <p>-Compreender a importância atribuída à medida nas vidas dos beneficiários</p>	<p>Requerimento do RSI</p>	<p>-“Foi pela mãe na altura”;</p> <p>-“Olhe Dra. falta de emprego, tanto para mim como para o marido”;</p> <p>-“Tive a minha senhoria que foi um espectáculo. Ela esperou e quando arrecebi paguei atão os dois meses”;</p> <p>-“Ah demora sempre dois meses...no máximo”;</p> <p>-“Sei lá Dra....só sei que tenho direito a receber...enquanto elas quiserem”;</p>

		<b>Relação com a medida /CI</b>	<p>-“Ai esses sei...ai...isso sei (referindo-se aos motivos de corte/suspensão)”;</p> <p>-“(...) não mudou muita coisa...só o aprender a gerir a casa”;</p> <p>-“Toma lá e assina(...) o papel já estava feito, nem tive tempo de o ler”;</p> <p>-“O meu? Não” (relativo ao cumprimento das Ações estipuladas em CI;</p> <p>-“Ah acho que sim” (relativo ao trabalho voluntário);</p> <p>-“Nunca me ouviram (...)” (sobre as acções estipuladas no CI);</p>
		<b>Representações face ao RSI: consequências e resultados</b>	<p>- “Acha Dra? Com renda, contas e 2 filhos (...)”</p> <p>- (Sem outros apoios sociais complementares);</p> <p>- “já tive paragens (...) para receber a maternidade”</p>
		<b>Relação com a Técnica Gestora de Processo/equipa</b>	<p>-“É certinho direitinho...em nada(...) se for eu a pedir não há nada”</p> <p>-“Oh é normal...ela lá...eu cá”</p> <p>-“Sinto-me abafada”;</p> <p>-“Essas aparecem cá de quinze em quinze dias...”;</p> <p>-“Só veio à nha casa 2 ou 3 vezes (referindo-se às técnicas)”</p> <p>-“ Perguntam se está tudo bem”</p> <p>-“se eu disser que preciso de alguma coisa elas não querem saber (...) Já sei que levo com um não”;</p>
		<b>Percurso Social</b>	<p>-“Ah sim...já tenho o meu (rancho) para andar nisso. As festas é a agente que as faz”</p>



		<b>Expetativas futuras</b>	-“O objectivo é que eles estudem e tirem uma escolaridadezinha para terem uma vida confortável”; -“Espero que a vida esteja melhor”.

### Entrevistado 3

Dimensões	Objetivos	Categorias	Sub-categorias
Caraterização do/a entrevistado/a	Obter os dados de identificação dos indivíduos entrevistados	Âmbito Pessoal	61 anos Feminino Salvaterra de Magos 1 pessoa Solteira 3ª classe
Percurso de Vida anterior ao RSI	Compreender o percurso de vida do beneficiário no âmbito familiar, social, académico e profissional até começar a beneficiar da medida de RSI	Família de origem	-Mãe trabalhadora rural; -“Não...com a minha mãe não (não faltava nada)
		Representações face ao passado	-“Olhe era brincar e fugir à escola. Chamavam-me a Maria Rapaz”;
		Trajecto Académico	-“...no dia do exame da 4ª classe fugi”; - “detestava (...) e eu...escondida debaixo da cama”;
		Trajecto Profissional	-“Não, ainda era muito novinha”; -“numa camisaria, numa fábrica de combinações e robes, na feira do Ribatejo, na casa do campino (...) tive vários”; -Não...arranjava...”
		Percurso Familiar	-“sempre com a minha mãe”; -“ eu cá conto comigo, sempre sozinha”; -“só se for saúde...tenho pouca”; -“Já tou nisto (RSI) há uns aninhos”

<b>Trajetória de vida enquanto beneficiário da medida de RSI</b>	<p>-Proceder à recolha da informação essencial por forma a poder analisar as representações dos beneficiários face ao RSI;</p> <p>-Analisar as medidas de intervenção em prática;</p> <p>-Aferir a rede de apoio social accionada/existente;</p> <p>-Compreender a importância atribuída à medida nas vidas dos beneficiários</p>	<b>Requerimento do RSI</b>	<p>-“Falei com as Dras (...) era no posto velho (...);</p> <p>-“para sobreviver pois tá claro”;</p> <p>-“Nessa altura ainda tinha a minha mãe viva que me ajudou...e ia fazendo umas limpezas”;</p> <p>-“2 meses...é o que demora”;</p> <p>- “Sei sei “ (sobre o conhecimento dos direitos/deveres enquanto beneficiário);</p>
		<b>Relação com a medida /CI</b>	<p>- “”Eu não” (sobre o CI, desconhece”;</p> <p>-“ ajuda um cadinho”(Opinião sobre os apoios recebidos);</p> <p>-“”assinei qualquer coisa assinei mas foi porque me disseram (...) nem li nada (...) sei lá o que assinei (...) nem deixam ler”;</p> <p>-“Não vi nada disso ainda” (Cumprimento das Ações estipuladas em CI);</p> <p>-“ “É aquela coisa de trabalhar e não receber? Isso comigo não”(Posição face ao trabalho voluntário);</p> <p>-“Eu nem tenho contrato...não me deram nada”;</p>

		<b>Representações face ao RSI: consequências e resultados</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “sempre é uma ajuda”</li> <li>- “ O Sr. (nome ) da Cáritas é um bom homem, ajuda-me com os medicamentos que são muito caros”</li> <li>-“sobram-me 30 euros para comer durante todo o mês, não chega”</li> <li>-“Foi tudo seguido, que eu me lembre (...) há 14 anos”</li> <li>- “até que façam a reforma”</li> </ul>
		<b>Relação com a Técnica Gestora de Processo/equipa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-“Não me ajudam a nada”</li> <li>-“Ah tudo numa como ela (a TGC) diz...se me chatear eu é que saio prejudicada”</li> <li>- “ Só vi a Dra. umas 2 vezes...são 5 anos”</li> <li>-“ Essas aparecem de 15 em 15 dias, mais ou menos”</li> <li>-“Perguntam se está tudo bem”</li> <li>-“Nada”( sobre a importância que a Técnica atribui aos pedidos do beneficiário);</li> </ul>
		<b>Percurso Social</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-“Sim, o rancho”;</li> </ul>
		<b>Expetativas futuras</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-“isso é bom para responder daqui a uns anos”;</li> <li>-“que me saísse o euromilhões para comprar uma casinha”</li> </ul>

## Entrevistada 4

Dimensões	Objetivos	Categorias	Sub-categorias
Caraterização do/a entrevistado/a	Obter os dados de identificação dos indivíduos entrevistados	Âmbito Pessoal	40 anos Feminino Santarém Família Monoparental 4 pessoas Viúva 6º ano
Percurso de Vida anterior ao RSI	Compreender o percurso de vida do beneficiário no âmbito familiar, social, académico e profissional até começar a beneficiar da medida de RSI	Família de origem	-pai 4º classe, mãe analfabeta -“vivi com os meus pais...eramos vendedores ambulantes” -“...não havia grandes dificuldades”
		Representações face ao passado	-“Foi muito boa (infância)” -“com o apoio da família...nisso nós somos unidos”
		Trajecto Académico	-“Fui até ao 6ª ano” - “12 anos (...) ah sim gostava (de estudar)”
		Trajecto Profissional	-“Não (não foi logo trabalhar)” -“Estive em Londres (...) lá não há dificuldade em arranjar trabalho”
		Percurso Familiar	-“Aos 14 anos quando casei”; -“Tenho 5 (...) dois estão em Londres e três estão aqui comigo em casa”; -“Só a(nome da filha), no terceiro ano. Chumbou (...)” -“não tenho mobílias, não tenho nada...a canalização não está boa e não tenho possibilidades de ajudar (...) a (nome da filha) depende de fármacos para viver” -“”Sou viúva sabe...” -“Moramos só os 4...eu, as minhas meninas e o meu menino” -“Praí há uns dez anos” -“Sim porque não sabia que tinha de fazer a renovação e fui cortada 3

			meses”
<b>Trajectoria de vida enquanto beneficiário da medida de RSI</b>	<p>-Proceder à recolha da informação essencial por forma a poder analisar as representações dos beneficiários face ao RSI;</p> <p>-Analisar as medidas de intervenção em prática;</p> <p>-Aferir a rede de apoio social accionada/existente;</p> <p>-Compreender a importância atribuída à medida nas vidas dos beneficiários</p>	<b>Requerimento do RSI</b>	<p>-“Quando vim de Londres a minha mãe disse-me que estava no RSI”</p> <p>-“Porque quando cheguei não tinha nem dinheiro nem trabalho”</p> <p>-“Foi a minha mãe que me ajudou”</p> <p>-“4 meses mais ou menos (tempo de espera para receber RSI)</p> <p>-“Sim” (conhecimento dos direitos/deveres enquanto beneficiário);</p>
		<b>Relação com a medida /CI</b>	<p>-“Sim eu sei (sobre o CI)</p> <p>-“sempre dá para qualquer coisinha(...) dá para 2 pacotes de fraldas (...) já não passo tanta fome”</p> <p>-“Não, fui lá só assinar”</p> <p>-“Ah não sei, não tenho conhecimento (sobre o cumprimento das Ações estipuladas em CI)”;</p> <p>-“Sei lá...”(Opinião sobre as acções estipuladas no CI);</p> <p>-“Sim” (sobre serviço voluntário)</p>

		<b>Representações face ao RSI: consequências e resultados</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “sempre dá para qualquer coisinha”</li> <li>- “” agora recebo 40 euros e já gozas (...) dizem que é o que tenho direito com dois filhos menores”</li> <li>- “Praí uns 10 anos (...) mais uns 3/4 anos”</li> <li>- “Não sabia que tinha de fazer a renovação e fui cortada 3 meses”</li> </ul>
		<b>Relação com a Técnica Gestora de Processo/equipa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “Não, não” (relativo ao acompanhamento social prestado)</li> <li>- “não caí em graça, é a verdade”(relação com a TGC)</li> <li>- “Nenhuma” (Número de visitas da Técnica);</li> <li>- “ Nenhuma, quando as vejo é na rua” (Número de visitas das ajudantes de acção direta);</li> <li>- “gostam de nos abordar é na rua para não se darem ao trabalho de estacionar e ter de andar”</li> <li>- “Nada” (Importância que a Técnica atribui aos pedidos do beneficiário);</li> </ul>
		<b>Percurso Social</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “Sim (envolvimento nas dinâmicas culturais”;</li> </ul>
		<b>Expetativas futuras</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “Sair daqui e irmos trabalhar para Londres”</li> </ul>

## Entrevistada 5

Dimensões	Objetivos	Categorias	Sub-categorias
Caraterização do/a entrevistado/a	Obter os dados de identificação dos indivíduos entrevistados	Âmbito Pessoal	42 anos Feminino Golegã Família nuclear 3 pessoas Unida de facto 4ª classe
Percurso de Vida anterior ao RSI	Compreender o percurso de vida do beneficiário no âmbito familiar, social, académico e profissional até começar a beneficiar da medida de RSI	Família de origem	-pai- 4ª classe; mãe analfabeta -Vendedores ambulantes; -“(criada com) pais e irmãos”
		Representações face ao passado	-“(...) havia sempre comidinha na mesa”; -“Foi uma infância muito boa e muito bonita” “Os meus pais andavam sempre no mercado para não nos faltar nada”;
		Trajecto Académico	-“4ª classe, chumbei da 3ª para a 4ª”; -“Deixei a escola aos 11 anos” - “Não, não gostava (da escola)” -
		Trajecto Profissional	-“(...) comecei a trabalhar no campo aos 15 anos” -“limpezas...era esporádico...e fui vendedora durante muitos anos”; -“Não, arranjava com facilidade (novo trabalho)”
		Percurso Familiar	-“Já estava grávida (...) aos 15 quando casei”; -“4 (nº de filhos)...(...) Não, só uma, os outros já são casados”; -“Sim, no 8º” -“(...) dificuldades financeiras”; -“Tenho um companheiro”; -“Eu, a (nome da filha) e o (nome do companheiro) também costuma cá ‘tar”; -“Só me ajudam de 3 em



			<p>3 meses no Banco Alimentar”;</p> <p>-“há já 22 anos (permanência na medida)”;</p> <p>- “Sim, tive paragens de 3 meses”.</p>
<p><b>Trajectoria de vida enquanto beneficiário da medida de RSI</b></p>	<p>-Proceder à recolha da informação essencial por forma a poder analisar as representações dos beneficiários face ao RSI;</p> <p>-Analisar as medidas de intervenção em prática;</p> <p>-Aferir a rede de apoio social accionada/existente;</p> <p>-Compreender a importância atribuída à medida nas vidas dos beneficiários</p>	<p>Requerimento do RSI</p>	<p>-“(…) tive conhecimento por uma tia”;</p> <p>-“tava desempregada e tava com dificuldades”;</p> <p>-“(…) andava no campo”</p> <p>-“Salvo erro foram uns ¾ meses”</p> <p>-“Se nos chamarem para cursos e nós não formos cortam logo”</p>
		<p><b>Relação com a medida /CI</b></p>	<p>-“foi sempre muita pouquinho, dava para comer e malamente”</p> <p>-“tive uma reunião com as assistentes sociais da Azambuja. Cá não, nunca me chamaram para nada”</p> <p>-“Não sei Dra.” (relativo ao cumprimento das Ações estipuladas em CI);</p> <p>-Sim, concordo (com o trabalho voluntário)</p>
		<p><b>Representações face ao RSI: consequências e resultados</b></p>	<p>- “Acho que não (sobre o impacto da medida)”;</p> <p>-“Banco alimentar de 3/3 meses”;</p> <p>-“há quem receba mais que eu”;</p> <p>-“desde os meus 22 anos (...) sei lá (sobre o tempo de permanência na medida) gostava era de trabalhar”;</p> <p>-“fiquei sem o rendimento durante um ano”</p>

		<b>Relação com a Técnica Gestora de Processo/equipa</b>	-“Nunca me arresolvem nada” -“É boa(risos) (tipo de relação estabelecida com o serviço/equipa)”; -“Nunca tive uma visita delas em 16 anos (referindo-se às AAD); -“A minha técnica foi lá uma vez porque lho exigiu” -“aquelas assistentes sociais andam a brincar com a nossa vida” -“Nada (importância que a Técnica atribui aos pedidos do beneficiário);
		<b>Percurso Social</b>	-“Ah a nha menina anda no rancho (...) vim com ela ao ensaio”;
		<b>Expetativas futuras</b>	-“Velhinha sem nada”; -“Ganhar o euromilhões, eu jogo”;

## Entrevistada 6

Dimensões	Objetivos	Categorias	Sub-categorias
Caraterização do/a entrevistado/a	Obter os dados de identificação dos indivíduos entrevistados	Âmbito Pessoal	35 anos Feminino Santarém Família reconstituída 5 elementos União de facto 7º ano
Percurso de Vida anterior ao RSI	Compreender o percurso de vida do beneficiário no âmbito familiar, social, académico e profissional até começar a beneficiar da medida de RSI	Família de origem	-Ambos 4ª classe -Pai pedreiro (emigrante) e mãe doméstica - cuidadores foram pai e mãe
		Representações face ao passado	--“havia muitas dificuldades” --“Foi boa, foi (referindo-se à infância)” --“Eram as vizinhas, ajudaram agente bastante”
		Trajecto Académico	-“7º ano” -“Aos 17 anos (saída da escola)” -“Não (referindo-se a não gostar da escola)”
		Trajecto Profissional	-“Sim, fui logo chamada pelo desemprego ao fim de 2 dias da minha mãe me inscrever.” -“Cabeleireira (...) 3 anos” -“...cabeleireira...não conclui o curso...fui auxiliar de geriatria e continuei sempre...” -“Não, adaptava-me bem às coisas”
		Percurso Familiar	-“Com 18, juntei-me com o pai dos meus filhos” -“3 (...) os 2 mais velhos é guarda partilhada” -“8º e 5º” -“união de facto” -“Pedi o banco alimentar” -“P’raí uns 4 anos (tempo de permanência na medida)” -“Fui penalizada...24 meses sem subsidio”

<b>Trajetória de vida enquanto beneficiário da medida de RSI</b>	<p>-Proceder à recolha da informação essencial por forma a poder analisar as representações dos beneficiários face ao RSI;</p> <p>-Analisar as medidas de intervenção em prática;</p> <p>-Aferir a rede de apoio social accionada/existente;</p> <p>-Compreender a importância atribuída à medida nas vidas dos beneficiários</p>	<b>Requerimento do RSI</b>	<p>-“Através de familiares”</p> <p>-“Tar desempregados”</p> <p>-“(…) um bocadinho aqui...um bocadinho ali (…)</p> <p>Não desejo a ninguém o que passei”</p> <p>-“Alguns 3 meses”</p> <p>-“Sei...agente faltar, não ir às cartas que mandam, sermos apanhados a trabalhar...é isso.”</p>
		<b>Relação com a medida /CI</b>	<p>-“Sei que é um papel com qualquer coisa escrita ... mandaram-me assinar para poder receber...não sei o que diz”;</p> <p>-“(…)fartei-me de pedir apoio...nada...”</p> <p>-“A mim nunca me pediram nada (sobre a elaboração do CI) (…)</p> <p>nunca me disseram nada (…)</p> <p>nunca me deram nada... (sobre a cópia do CI)”</p> <p>-“Não sei ( sobre o cumprimento das Ações estipuladas em CI)”;</p> <p>-“Sim concordo, para justificarem o dinheiro que recebem (Posição face ao trabalho voluntário no âmbito da medida);</p> <p>-“Só para um desenrasque...nem serve para viver...só para sobreviver”</p>

		<b>Representações face ao RSI: consequências e resultados</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “Nem sei, dá para viver mal e porcamente.”</li> <li>- “4 anos”</li> <li>-“Até o (nome do companheiro) arranjar um trabalhinho”</li> <li>-Sim, um ano. O (nome do companheiro) arranhou trabalho”</li> </ul>
		<b>Relação com a Técnica Gestora de Processo/equipa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-“(...) aquilo é só gente estúpida”</li> <li>-“É péssima, cada vez que lá vou é para discutir</li> <li>-“ Nenhuma (Número de visitas da Técnica)”;</li> <li>- “Praí umas poucas de vezes. Na barraca nunca lá iam (Número de visitas das ajudantes de acção direta);</li> <li>-“Perguntam-me como estão as coisas e prontos”</li> <li>-“ Não. Já me fecharam a porta na cara. Fecharam mesmo...”</li> <li>-“Nenhuma. Só querem saber das nossas vidas para nos lixarem...(Importância que a Técnica atribui aos pedidos do beneficiário);</li> </ul>
		<b>Percurso Social</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-“Não” (Cidadania ativa);</li> <li>-“Tenho apoio de família e amigos”</li> </ul>
		<b>Expetativas futuras</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-“(...) garantisse um futuro profissional para dar um futuro melhor aos filhotes e sermos felizes para sempre”</li> </ul>

## Entrevistado 7

Dimensões	Objetivos	Categorias	Sub-categorias
Caraterização do/a entrevistado/a	Obter os dados de identificação dos indivíduos entrevistados	Âmbito Pessoal	50 anos Masculino Masculino Vive com o tio e o primo 3 elementos Divorciado 6º ano
Percurso de Vida anterior ao RSI	Compreender o percurso de vida do beneficiário no âmbito familiar, social, académico e profissional até começar a beneficiar da medida de RSI	Família de origem	-“Olha atão coitados, nem à escola foram...começaram a trabalhar cedo” -“ Avô trabalhava por conta própria, a minha avó era doméstica” -“Estive ao cuidado de outros...dos meus avós.”; -“Dentro do possível (referindo-se às condições de vida à época).
		Representações face ao passado	-“Imagine a Ribeira há 40 anos atrás...se ainda hoje não é boa...”; -“Ah, eu saía de casa para não aturar ninguém”;
		Trajecto Académico	-Tenho o 6º ano (...) nunca chumbei” - (...) gostava de ter o meu ordenado (Motivos do abandono escolar/saída precoce); -“Epá gostava (relação com a escola)”
		Trajecto Profissional	-“Fui...para as obras” -“Tive nos camiões, nos pronto-socorro, nos reboques, na Unicer e na Holanda.” -“Ah...era fácil, agora já não”

		Percurso Familiar	<p>-“Praí com uns 18 ou 19 anos, quando casei.”</p> <p>-“Sim tenho um, está quase um homem com 14 anos (...) vive com a mãe”</p> <p>-“Já está no 6º ou 7º ano...não sei”</p> <p>-“Não me dou com ninguém a não ser com o meu tio e o meu filho (...) Estou farto de ouvir o meu tio a desatinar com o meu sobrinho”</p> <p>-“(...) estou separado...”</p> <p>-“Eu vivo com o meu tio e o sobrinho”</p> <p>- “Praí há um ano”</p>
<b>Trajectoria de vida enquanto beneficiário da medida de RSI</b>	<p>-Proceder à recolha da informação essencial por forma a poder analisar as representações dos beneficiários face ao RSI;</p> <p>-Analisar as medidas de intervenção em prática;</p> <p>-Aferir a rede de apoio social accionada/existente;</p> <p>-Compreender a importância atribuída à medida nas vidas dos beneficiários</p>	Requerimento do RSI	<p>-Foi através da (nome ex-mulher) e da Técnica do Centro Comunitário”</p> <p>-“Porque não tinha rendimento nenhum, nem seguros, nem baixas”</p> <p>-“À boleia...do meu tio”</p> <p>-Sei lá 3 / 4 meses”</p> <p>-“O meu nome está lá que eu assinei mas nem uma cópia me deram”</p>

		<b>Relação com a medida /CI</b>	<p>-“Eu não (sobre o conhecimento do CI) “- -</p> <p>-“(…)mais um bocadinho de independência”</p> <p>-“(…) meteram-me o papel à frente e disseram: “assine aí se quer receber”</p> <p>-“Pois...devem estar...(…) não há dignidade no atendimento”</p> <p>-“ (..) deram – me um colchão mais nada. Nem nunca mais as vi, já lá vai um ano”</p> <p>-“Concordo (Posição face ao trabalho voluntário no âmbito da medida)”;</p>
		<b>Representações face ao RSI: consequências e resultados</b>	<p>- “Foi um pouco de independência mais nada”</p> <p>-“Não e eu cada vez me sinto pior (Opinião acerca do valor do rendimento)”;</p> <p>-“É só a minha reforma por invalidez sair”</p> <p>-“Não (Reingresso no RSI)”.</p>
		<b>Relação com a Técnica Gestora de Processo/equipa</b>	<p>-“(…) se elas me acompanhassem devidamente e se interessassem saberiam que eu não tinha condições sequer para sair da cama”</p> <p>-“Não a conheço...não sei quem é...(Tipo de relação estabelecida com o serviço/equipa)”;</p> <p>-“Foram a casa mais nada e foi tão rápido que nem as fixei (Numero de visitas da Técnica)”;</p> <p>-“Olha olha ...duas vezes num ano (...) Das</p>



			<p>duas vezes eu estava à porta e elas afrouxaram o carro, nem saíram (Número de visitas das ajudantes de acção direta)”;</p> <p>-“ Perguntaram se ‘tava tudo bem...encolhi os ombros ...ala que elas aí vão (Descrição das visitas)”;</p> <p>-Eu nunca pedi ajuda (...) disseram que tinha direito aqueles sacos de alimentos mas nunca me deram nada para além do colchão)”</p>
		<b>Percurso Social</b>	<p>-“Não (Cidadania ativa)”;</p> <p>-Não. O único apoio que tenho e é substancial é do meu tio (Laços sociais evidentes)”;</p>
		<b>Expetativas futuras</b>	<p>-“Que me saia o euromilhões, eu jogo”</p> <p>-“Na mesma ou pior, refiro-e à saúde”</p>

## **Anexo V- Autorizações**

### **6.1. Solicitação de Autorização ao Presidente do CSIS para Colaboração**

Carla Carvalho

qui 19-01, 13:58

padre francisco Presidente CSIS (ruivo47@gmail.com)

Itens Enviados

Exmo. Sr. Padre Francisco,

no âmbito da minha Dissertação de Mestrado estou a investigar uma temática que se relaciona com o Rendimento Social de Inserção. Neste contexto, solicito autorização para proceder ao envio de doze questões à Dra. (nome da Técnica) relacionadas com a aplicação prática da Lei.

Aguardo a melhor cooperação que a instituição me puder providenciar.

Estou ao dispor para algum esclarecimento adicional.

Cordialmente;

Carla Carvalho

### **6.2. Resposta do Senhor Presidente**

Francisco Ruivo

qui 19-01, 15:05

Boa Tarde

Avança e bom trabalho...

Pe Francisco

## Anexo VI – Grelha de Caracterização dos Entrevistados

E	Idade	Naturalidade	Estado Civil	Agregado Familiar	Habilitações literárias	Profissões desempenhadas	Conhecimento RSI	Requerimento RSI	Motivos do requerimento	Cópia de contrato e/ou negociação prévia
1	25	Santarém	Solteira/o	4	8º ano	Nunca trabalhou	Através da mãe	2 anos (mas esteve no agregado da mãe 10 anos)	Saúde	Não
2	28	Santarém	União de facto	4	5º ano	Auxiliar ação educativa, serviços gerais	Através da mãe	5 anos (mas esteve no agregado da mãe vários anos)	Desemprego	Não
3	61	Salvaterra de Magos	Solteira/o	1	3ª classe	Empregada fabril, restauração	Conhecimento próprio	Vários anos ( não soube precisar)	Sobreviver	Não
4	40	Santarém	Viúva/o	4	6º ano	emigrante	Através de familiar	10 anos	Desemprego	Não
5	42	Golegã	União de facto	3	4ª classe	Vendedor ambulante, limpezas	Através de familiar	22 anos	Sobreviver	Não
6	35	Santarém	União de facto	3	7º ano	Ajudante ação direta	Através de familiar	4 anos	Desemprego	Não
7	50	Angola	Divorciada/o	1	6º ano	Taxista, motorista pesados, rebocador	Através técnica CC	1 ano	Saúde	Não